



**Universidade de
Aveiro
2009**

Instituto Superior de
Contabilidade e Administração

**Adelaide Otília Moreira da
Silva**

**Análise do Sistema de Normalização
Contabilística da Dinamarca**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Dr. Rui Mota e do Dr. Fernando Graça, docentes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

O júri

Presidente	Helena Coelho Inácio Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Orientador	Rui Mário Magalhães Gomes Mota Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Co-orientador	Fernando Manuel Faria Varelas Graça Equiparado a Assistente 2.º Triénio do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Arguentes	Eleutério Ferreira Machado Equiparado a Professor Adjunto (aposentado) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro Catarina Judite Morais Delgado Professora Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao orientador, Professor Rui Mota, pelo apoio e disponibilidade demonstrada na elaboração desta dissertação.

Ao Professor Fernando Graça, co-orientador, agradeço o seu incentivo, disponibilidade e apoio. As notas dominantes da sua orientação foram a utilidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu.

E, por fim, um especial agradecimento aos meus pais José e Otilia, aos meus irmãos José Carlos e Maria da Glória, ao meu sobrinho José Miguel e a todos os meus amigos que me apoiaram incondicionalmente.

Palavras-chave

Associação dos Contabilistas e Auditores Autorizados, Lei das Demonstrações Financeiras, Agência Dinamarquesa de Comércio e Empresas, Normas Contabilísticas Dinamarquesas.

Resumo

O tema que irá ser abordado insere-se num projecto global que tem como objectivo apreciar os impactos do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento e do Conselho Europeu.

Com esta dissertação, pretendemos averiguar que normativo contabilístico era aplicado na Dinamarca antes da publicação do referido regulamento. Para isso, vamos estudar e analisar vários aspectos inerentes à contabilidade, deste país, desde as classes de relato, passando pela consolidação das demonstrações financeiras, até à revisão legal de contas e relatório de auditoria.

A Dinamarca, vista como um dos principais países agrícolas do mundo, não tem uma longa história em termos de legislação contabilística.

Na sequência da introdução da Lei das Demonstrações Financeiras de 2001, baseada nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, não é esperado que a Associação dos Contabilistas e Auditores Autorizados emita normas contabilísticas adicionais.

Keyword

Institute of State-Authorized Public Accountants, The Financial Statements Act, Danish Commerce and Companies Agency, Danish Accounting Standards.

Abstract

The topic that will be addressed concerns an overall project that aims to assess the impact of Regulation No.1606/2002, the European Parliament and Council.

With this thesis, we want to find out that accounting rules were applied in Denmark before the publication of the regulation. For that, we will study and analyze various aspects of the accounts, in this country, from the reporting classes, going by consolidation of financial statements, to the statutory audit and audit report.

Denmark, seen as one of major agricultural country in the world, has not a long history in terms of accounting legislation. Following the introduction of the Financial Statements Act of 2001, based on International Financial Reporting Standards, is not expected that the Institute of State-Authorized Public Accountants issue additional Danish Accounting Standards.

ÍNDICE

O Júri.....	I
Agradecimentos.....	II
Palavras-chave.....	III
Resumo.....	III
Keyword.....	IV
Abstract.....	IV
1 – Introdução.....	1
2 - Enquadramento do Regulamento N°1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu	3
3 - Breve Resenha Política e Económica da Dinamarca	7
4 - História da Legislação Contabilística da Dinamarca	9
4.1 - Desenvolvimento dos Regulamentos Contabilísticos Dinamarqueses	13
4.2 - Visão Geral da Legislação Contabilística Existente	18
5 - Os Profissionais de Contabilidade e Auditoria na Dinamarca	20
6 - Análise do Sistema de Normalização Contabilística da Dinamarca antes da Adopção do Regulamento N° 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu	21
6.1 - Classes de Relato.....	23
6.2 - Formato das Demonstrações Financeiras	25
6.2.1 - Formato para o Balanço em forma de Conta (Classes de relato B, C e D)	26
6.2.2 - Formato para o Balanço em forma de Relatório (Classes de relato B, C e D)..	29
6.2.3 - Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Natureza (Classe de relato B)	32
6.2.4 - Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Funções (Classe de relato B)	33
6.2.5 - Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Natureza (Classes de relato C e D)	34
6.2.6 - Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Funções (Classes de relato C e D)	35
6.3 - Apresentação do Relatório Anual	36
6.3.1 - Relatórios Financeiros Intercalares de Sociedades de Capital Aberto	38
6.4 - Imagem Verdadeira e Apropriada	39
6.5 - Requisitos de Qualidade.....	40
6.6 - Princípios Contabilísticos	41
6.7- Relatório de Gestão.....	43
6.8 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	44

6.8.1 - Obrigação de Apresentar Demonstrações Financeiras Consolidadas	45
6.8.2 - Âmbito das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	45
6.8.3 - Requisitos Gerais das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	46
6.8.4 - Classificação.....	47
6.8.5 - Reconhecimento e Mensuração.....	48
6.8.6 - Eliminação.....	48
6.8.7 - Criação de um Grupo	49
6.8.7.1 - Método de Compra.....	49
6.8.7.2 - Método de Comunhão de Interesses	50
6.8.8 - Consolidação Proporcional	50
6.8.9 - Divulgação nas Notas.....	50
6.8.10 - Outras Divulgações	51
6.8.11 - Relatório de Gestão	52
6.9 - Publicação	52
6.10 - Goodwill.....	53
6.11 - Conversão da Moeda Estrangeira.....	55
6.12 - Activos Fixos Tangíveis.....	56
6.13 - Activos Intangíveis.....	58
6.14 - Activos Financeiros.....	60
6.15 - Inventários (Existências).....	63
6.16 - Locações.....	65
6.17 - Impostos Diferidos	66
6.18 - Capital e Reservas	68
6.19 - Pensões.....	69
6.20 - Acontecimentos Após o Encerramento de Contas	69
6.21 - Revisão Legal de Contas e Relatório de Auditoria	70
7 - Conclusões	72
8 - Bibliografia	74

1 – INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados traz consigo a necessidade de se ter um conjunto de normas contabilísticas internacionais que viabilizem a comparação de informações entre entidades de um mesmo grupo ou de grupos distintos.

Compreender as normas internacionais de contabilidade é fundamental para as entidades que operam num mercado globalizante, em que as normas contabilísticas podem variar substancialmente de um país para outro, de acordo com os princípios contabilísticos que o governam. As diferenças na cultura, nas práticas empresariais, nos sistemas políticos, na inflação, na tributação e os riscos empresariais devem ser considerados no processo conducente à tomada de decisão. Por outro lado, as demonstrações financeiras são impossíveis de entender sem um entendimento do normativo contabilístico nacional e internacional e sem um conhecimento sólido da cultura do negócio.

O *International Accounting Standards Committee* (IASC), que, em 2001, sofreu alterações na sua estrutura, passando a ser chamado de *International Accounting Standards Board* (IASB), tem vindo a desempenhar um papel crucial no processo de harmonização internacional da contabilidade.

O nosso estudo basear-se-á no normativo contabilístico aplicado na Dinamarca antes da publicação do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento e do Conselho Europeu, onde averiguaremos se algumas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) já estavam a ser aplicadas.

Começaremos por fazer um enquadramento do referido regulamento, onde se destaca a obrigatoriedade das entidades, cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro, elaborarem as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade adoptadas ao nível europeu (IAS ou IFRS aprovadas ¹), a partir de 1 de Janeiro de 2005.

¹ As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são a nova designação das *International Accounting Standard* (IAS), desde Maio de 2002.

No terceiro capítulo, far-se-á uma breve resenha política e económica da Dinamarca, onde se realça o facto deste país monárquico possuir uma economia fortemente saudável, crescendo anualmente, quase sempre, a um ritmo superior ao dos restantes países da União Europeia (UE).

No quarto capítulo, apresentar-se-á a história da legislação contabilística da Dinamarca, onde nos debruçaremos sobre o desenvolvimento dos regulamentos contabilísticos dinamarqueses e sobre a legislação contabilística existente.

No quinto capítulo, analisaremos o papel das associações dos contabilistas e auditores – a Associação dos Contabilistas e Auditores Autorizados (*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer*, FSR) e a Associação dos Contabilistas e Auditores Certificados (*Foreningen af Registrerede Revisorer*, FRR). Estudaremos, também, os dois tipos de acreditação para o exercício da profissão de auditor – o Auditor Autorizado (*Statsautoriseret Revisor*, SR) e o Auditor Certificado (*Registreret Revisor*, RR).

No sexto capítulo, vamos averiguar que normativo contabilístico era aplicado na Dinamarca antes da publicação do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento e do Conselho Europeu. Para isso, vamos estudar e analisar vários aspectos inerentes à contabilidade: Classes de Relato; Formato das Demonstrações Financeiras; Apresentação do Relatório Anual; Imagem Verdadeira e Apropriada; Requisitos de Qualidade; Princípios Contabilísticos; Relatório de Gestão; Demonstrações Financeiras Consolidadas; Publicação; Goodwill; Conversão da Moeda Estrangeira; Activos Fixos Tangíveis; Activos Intangíveis; Activos Financeiros; Inventários; Locações; Impostos Diferidos; Capital e Reservas; Pensões; Acontecimentos após o Encerramento de Contas; Revisão Legal de Contas e Relatório de Auditoria.

No sétimo capítulo, apresentar-se-ão as conclusões finais deste trabalho.

2 - ENQUADRAMENTO DO REGULAMENTO Nº 1606/2002, DO PARLAMENTO E DO CONSELHO EUROPEU

Na UE e no continente europeu assistimos ao contínuo crescimento da internacionalização das entidades, sob várias formas, tais como a criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas, surgindo, assim, diversos sinais de receptividade à preparação de normas internacionais de contabilidade, com a pretensão de se resolver variados problemas resultantes da existência de vários normativos contabilísticos nacionais no seio de grupos económicos, operando em diversos países.

Os investidores são atraídos para mercados que eles conhecem e nos quais confiam. Por essa razão, os países que adoptam normas contabilísticas reconhecidas internacionalmente, e por eles entendidas, terão uma vantagem significativa sobre os demais. O fornecimento de informações de acordo com normas de elevada qualidade, transparência e comparabilidade reduz o risco de investimento.

O IASC criado, em 1973, por membros representativos da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos da América (EUA), centrava-se, essencialmente, na formulação e publicação de normas de contabilidade a serem observadas na apresentação das demonstrações financeiras e promover a sua aceitabilidade e observância a nível mundial. Como organismo de harmonização contabilística, procurava a criação de normas que, sendo raramente originais, resultavam, frequentemente, do aproveitamento das melhores soluções contidas em normas idênticas existentes nos países membros.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) tem sido, desde 1973, a organização responsável pela emissão de normas de contabilidade a serem utilizadas nas entidades privadas norte-americanas, os *Generally Accepted Accounting Principles in the United States* (US GAAP), cuja obrigatoriedade resulta, não só do reconhecimento de utilidade pública, mas, também, do seu reconhecimento oficial pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), com a pretensão de contribuírem para um eficiente desenvolvimento da economia.

A realidade pareceu demonstrar que o FASB, apesar de ser um organismo emissor de normas de aplicabilidade nacional, sendo representativo de um país de grande dimensão como são os EUA, com o dinamismo que apresenta em termos de mercados de capitais e bolsistas, deu, até inícios da década de noventa, uma maior relevância e preferência a entidades que tivessem uma perspectiva conceptual semelhante à subjacente aos US GAAP.

No início dos anos noventa, foi criado um grupo de trabalho, que ficou conhecido como o *Group of Standards Setters Agreed* (G4+1), que incluía países que partilhavam, na altura, uma perspectiva conceptual comum, os EUA, a Austrália, o Canadá, o Reino Unido, a Nova Zelândia, ao qual se juntaram representantes do IASC como observadores. Tinham como objectivo fulcral o debate sobre as práticas contabilísticas comuns. Em Janeiro de 2001, os membros deste fórum de discussão decidiram dar por terminado este grupo de trabalho, face ao IASC reestruturado, do qual resultou a Fundação IASC e o IASB, que iniciou funções em meados de 2001.

Poder-se-á afirmar que, o que, definidamente, marcou e exigiu entendimentos e parcerias entre o FASB e o IASB foram as exigências das Bolsas de valores, na voz dos organismos reguladores das comissões de valores mobiliários, nomeadamente, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) e a SEC. Paralelamente, a contínua pressão de outros intervenientes nos mercados de capitais para uma globalização de normas exigiu um maior compromisso no processo de elaboração das mesmas, na busca de uma convergência, pautada por níveis de elevada qualidade e soluções internacionais comparáveis.

A IOSCO, em 1995, faz um acordo com o então IASC, na intenção de este criar um conjunto coerente de normas de contabilidade que dessem resposta a um conjunto de exigências apresentadas pelo primeiro, em busca de uma qualidade acrescida na informação divulgada por entidades cotadas nas diferentes Bolsas de valores mundiais, comprometendo-se a IOSCO a promover o uso daquelas normas junto das comissões de valores a ela associadas. O apoio da IOSCO aos trabalhos do IASC continua e o ano de 2000 marca o encerramento de um primeiro ciclo, sendo publicado um documento, na

sequência do exame detalhado a trinta Normas Internacionais de Contabilidade, incluindo as respectivas Interpretações Técnicas.

Considerando que um dos objectivos da UE é promover o desenvolvimento de um mercado económico dos Estados Membros, baseado numa concorrência equitativa e eficaz, a Comissão Europeia (CE) tem interesse numa harmonização europeia em termos contabilísticos que os garanta. Segundo Sir Bryan Carsberg, o secretário-geral do IASC em 1999, a utilização de um sistema contabilístico uniforme é importante para:

- Garantir uma concorrência eficaz nos mercados de capitais, devido à pouca probabilidade de que estes sejam capazes de avaliar, de forma equitativa, as entidades que elaborem os seus relatórios de acordo com diferentes regras contabilísticas;
- Garantir uma concorrência justa nos mercados de bens e serviços e para a aplicação do direito da concorrência nesses mercados;
- Eliminar a distorção causada pelo uso de regras contabilísticas distintas por entidades que apresentam as suas contas anuais na mesma divisa.

Estes foram alguns dos factos que conduziram a uma nova atitude por parte da CE. A Quarta e Sétima Directivas, principais veículos harmonizadores em termos contabilísticos na UE, estritamente flexíveis e já obsoletas, levaram a CE a reconhecer o interesse da utilização das normas internacionais do IASC/IASB por todas as entidades europeias cotadas que consolidam as suas contas.

Em 19 de Julho de 2002, é aprovado o Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, em 11 de Setembro de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, que rege, essencialmente, o seguinte:

- Adopção e uso, na Comunidade, das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e interpretações do SIC/IFRIC²;

² O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) substituiu o antigo *Standing Interpretations Committee* (SIC), em Março de 2002.

- Publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, sob a forma de Regulamento da Comissão, das normas adoptadas, na íntegra e em todas as línguas oficiais da Comunidade;
- As entidades, cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro, a partir de 1 de Janeiro de 2005, devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS);
- A partir de 1 de Janeiro de 2005, os Estados Membros podem permitir e exigir que as contas anuais, individuais, das entidades, cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro, assim como as contas consolidadas e individuais das entidades, cujos títulos não sejam admitidos à negociação, sejam elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade;
- Criação de um Comité de Regulamentação Contabilística (*Accounting Regulatory Committee – ARC*), órgão de nível político que assistirá a Comissão.

O Conselho da UE, em 25 de Setembro de 2002, apresenta, sob a forma de proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, as alterações às Directivas 78/660/CEE (Quarta Directiva), 83/349/CEE (Sétima Directiva) e 91/674/CEE (relativa às contas anuais e contas consolidadas das companhias de seguros) do Conselho, com a pretensão de atingir três objectivos:

- Eliminar todos os conflitos existentes entre as directivas contabilísticas e as IAS;
- Garantir que as opções, no domínio contabilístico, previstas actualmente ao abrigo das IAS, possam ser aplicadas pelas entidades da UE;
- Actualizar a estrutura de base das directivas contabilísticas para que estas assegurem um quadro para apresentação de informações financeiras que se coadune com as práticas modernas e que seja suficientemente flexível para se adaptar à futura evolução das IAS.

Desta forma, o actual IASB, com uma nova estrutura de funcionamento, que pretende, não só, desenvolver um conjunto de normas de relato financeiro de grande qualidade,

orientadas para as Bolsas de valores mundiais e para outras entidades, que sejam úteis na tomada de decisões económicas, mas, também, promover a utilização e a rigorosa aplicação das normas e trabalhar activamente com as Comissões de Normalização Contabilística dos diversos países (*Accounting Standards Setting Bodies* – ASSB), a fim de se obter a convergência da normalização contabilística, será o veículo contabilístico da UE dirigido às entidades europeias.

3 – BREVE RESENHA POLÍTICA E ECONÓMICA DA DINAMARCA

A Dinamarca é uma Monarquia Constitucional regida pela Constituição de 1953. O poder executivo recai sobre o Governo e o Parlamento; o poder legislativo é exercido pelo Monarca e pelo Parlamento; o poder judicial está nas mãos dos Tribunais de Justiça. O Parlamento tem 179 membros, dos quais 175 representam a Dinamarca, 2 as Ilhas Feroé e 2 a Gronelândia, que são eleitos em eleições directas, pelo menos, de quatro em quatro anos. Todos os cidadãos dinamarqueses com 18 ou mais anos de idade podem votar.

Juntamente com a Constituição de 1953, foi promulgado o Acto de Sucessão que garante que as mulheres também passam a ter direito de aclamação à Coroa Dinamarquesa. Com este Acto, a Rainha Margarida II pôde suceder ao Rei Frederico IX, em 1972.

A Dinamarca, desde cedo, apresentou níveis de desenvolvimento superiores à maioria dos Estados da Europa. As razões poderão ser inúmeras: a reduzida população num Estado com diversos recursos naturais; a dinâmica da sociedade civil que é administrativamente bastante activa e, sobretudo, produtiva; o crescimento de diversas cidades, após a Segunda Guerra Mundial, que possibilitou um desenvolvimento industrial, complementado com políticas de Educação e Inovação e Desenvolvimento (I&D); diversas reformas políticas que permitiram a existência de um Estado descentralizado, moderno e, à partida, muito pouco burocrático.

Tradicionalmente, vista como um dos principais países agrícolas do mundo, a Dinamarca conta com uma agricultura modernizada, destacando-se entre os principais produtos o trigo, a cevada, a batata e a beterraba. A pesca desempenha, igualmente, um papel

importante na economia do país, ocupando um lugar de destaque a nível europeu. As suas principais indústrias concentram-se nos sectores alimentar, químico, de maquinaria, da metalúrgica, dos equipamentos electrónico e de transporte, da cerveja, do papel e da madeira. No sector dos brinquedos, o *Lego* é mundialmente conhecido, tal como são os móveis, os artigos de decoração e os equipamentos electrónicos. O turismo constitui, também, uma fonte de receitas considerável.

A moeda utilizada na Dinamarca é a Coroa Dinamarquesa (danske kroner - DKK), que fora estabelecida pela primeira vez, em 1873, em resultado da dissolução da união monetária escandinava.

Os intercâmbios comerciais são realizados, na sua maioria, com países da UE. O parceiro comercial bilateral mais importante é a Alemanha, tendo, também, uma boa interacção económica com a Suécia e com a Grã-Bretanha. Fora da UE, a Dinamarca mantém relações comerciais privilegiadas com a Noruega, os EUA e o Japão.

Importa, essencialmente, bens de consumo, matérias-primas e produtos semi-acabados, incluindo a energia. O país possui importantes recursos de gás e petróleo que possam garantir a sua independência energética.

As relações bilaterais com Portugal centram-se, sobretudo, no âmbito da UE, pois ambos os Estados são membros da Comunidade Europeia e, dada as condicionantes geográficas e geoculturais, o relacionamento bilateral Portugal/Dinamarca foi sempre escasso, ao longo da História da Europa.

A Dinamarca, com cerca de 5.4 milhões de habitantes, é apontada como um dos países mais ricos do mundo, e de entre os vários factores que podem ser avançados como causa, o elevado nível de produtividade é, sem dúvida, um dos que encabeça a lista. Uma cultura muito positiva e auto-favorecedora que se expande às organizações explica parte do fenómeno.

Com uma economia francamente saudável, este país tem um dos Produtos Internos Brutos (PIB) per capita mais elevados da UE.

4 – HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO CONTABILÍSTICA DA DINAMARCA

A Dinamarca não tem uma longa história em termos de legislação contabilística. As sociedades limitadas mais antigas são do século XVII. Nessa altura, o país baseava-se, essencialmente, na produção agrícola e na pesca, faltando, ainda, dinamismo à sociedade capitalista, não existindo nenhuma regulação contabilística.

Quando as primeiras sociedades limitadas publicaram, voluntariamente, as suas contas anuais, houve uma grande flexibilidade na escolha dos princípios contabilísticos. O número de sociedades limitadas foi crescendo devido à continuada industrialização e, no começo do século XX, eram cerca de 1000 e, em 1909, o número tinha aumentado para, aproximadamente, 2500.

Em 1909, foi aprovada a primeira Lei que regula os Contabilistas e Auditores Autorizados (*Lov om Statsautoriserede Revisorer*). Nesta lei, o modelo britânico / holandês – baseado numa auditoria independente – foi escolhido em detrimento do modelo alemão, baseado numa relação estreita entre os auditores e os bancos, o chamado "*Treuhandsgesellschaften*". Contudo, era o Ministério do Comércio e dos Transportes Marítimos, mais tarde designado de Ministério do Comércio e da Indústria, que autorizava os auditores, em vez das organizações profissionais, como no Reino Unido.

Em 1912, foi aprovada a primeira Lei de Escrituração Comercial (*Bogføringsloven*). De acordo com esta lei, todas as entidades tinham de ter livros que pudessem avaliar a sua posição económica ou financeira, excepto os agricultores e os artesãos.

O crescimento das sociedades limitadas e os problemas relacionados com a especulação, durante a Primeira Guerra Mundial, aumentou a pressão para a criação de uma lei que regulasse as mesmas, e, em 1917, foi decretada a primeira Lei das Sociedades Limitadas (*Lov om Aktieselskabsloven*), que foi revista e actualizada em 1930. A lei aplicava-se a todas as sociedades limitadas, exigindo-se que as suas demonstrações financeiras fossem auditadas e que uma cópia das mesmas fosse submetida ao Registo Público

(*Aktieselskabsregisteret*), mais tarde designado de Agência Dinamarquesa de Comércio e Empresas (ADCE) – *Erhvervs-og Selskabsstyrelsen*.

As únicas sociedades limitadas que não tinham que proceder à publicação das contas anuais eram as entidades familiares, definidas como entidades com 10 ou menos accionistas. Contudo, esta legislação de 1917 teve apenas uma ligeira repercussão na contabilidade, provando ser fraca e ineficaz.

A Lei das Sociedades Limitadas de 1930 aumentou a quantidade de informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras. Os requisitos foram englobados numa cláusula geral chamada de "Boa e prudente prática empresarial" que se tornou no principal princípio de valoração. A prudência foi realçada de tal forma que permitiu a criação de reservas ocultas. Além da condição geral, a lei incluía regras específicas para a reavaliação, custos de formação e goodwill, mas não incluía nenhum detalhe adicional sobre os itens e formatos das contas. A lei esteve em vigor durante mais de quarenta anos, não havendo, nesse período, qualquer mudança significativa na legislação contabilística.

Durante os anos sessenta, aumentou o número de grupos estrangeiros a estabelecer filiais dinamarquesas, especialmente grupos de origem americana, e entidades internacionais de auditoria, como *Arthur Andersen* e *Price Waterhouse*, criaram filiais na Dinamarca. Os princípios contabilísticos americanos e britânicos começaram gradualmente a penetrar na prática contabilística dinamarquesa. Por exemplo, o método de equivalência patrimonial, os impostos diferidos e as tendências internacionais em matéria de contabilidade financeira, especialmente a contabilidade desenvolvida no Reino Unido e nos EUA, tornaram-se importantes forças motrizes para as mudanças na contabilidade.

Em 1970, foi criado um grupo de segunda linha de contabilistas e auditores pela adopção da Lei que regula os Contabilistas e Auditores Certificados (*Lov om Registrerede Revisorer*).

Em 1973, a Dinamarca tornou-se um membro da Comunidade Europeia. A Lei das Sociedades Limitadas foi substituída por duas novas leis relativas a grandes e pequenas

sociedades limitadas, respectivamente, a Lei das Entidades Públicas Limitadas e a Lei das Entidades Privadas Limitadas.

A regulação contabilística aplicava-se quer às entidades públicas quer às entidades privadas limitadas. O antigo privilégio de as entidades familiares não serem obrigadas a publicar as suas contas foi retirado e, a partir deste período, todas as sociedades limitadas tinham que preparar as suas demonstrações financeiras auditadas e submetê-las à ADCE.

A anterior cláusula geral, "Boa e prudente prática empresarial", foi reformulada numa terminologia moderna, como "Boas práticas contabilísticas", termo usado em todos os países nórdicos, não sendo mencionada a "prudência".

Em 1976, o principal organismo profissional de auditores, o FSR, decide aderir ao IASC e, nos anos seguintes, publica as normas internacionais de contabilidade em dinamarquês, com comentários e recomendações dinamarqueses, a fim de substituir as normas contabilísticas nacionais.

A Dinamarca implementou a Quarta Directiva em 1981, sendo o primeiro Estado Membro da Comunidade Europeia a fazê-lo. A regulação da contabilidade foi retirada das Leis das Sociedades Limitadas, e uma nova Lei das Demonstrações Financeiras (LDF) foi promulgada, contendo sessenta e oito partes.

A LDF de 1981 seguia, meticolosamente, a Quarta Directiva. Nos casos onde representou opções (por exemplo, entre o uso de diferentes métodos de valoração ou formatos), a LDF, regularmente, incluía as mesmas opções. Em 1991, a Sétima Directiva é implementada numa alteração à LDF.

A implementação da Quarta e Sétima Directivas trouxe mudanças significativas à prática contabilística dinamarquesa, tais como o número de notas, as alterações nos formatos, a introdução da "imagem verdadeira e apropriada", entre outras, mas não teve, em qualquer caso, um efeito considerável, como muitos haviam previsto.

O FSR foi forçado a publicar Normas Contabilísticas Dinamarquesas (NCD) em 1988 e posteriormente. A aprovação ou desaprovação das normas era da responsabilidade do FSR.

Nos anos noventa, foram feitas várias revisões à LDF, reforçando os requisitos de divulgação e introduzindo a fiscalização como uma obrigação da ADCE. As alterações à lei também clarificaram algumas disposições e limitaram algumas opções, por exemplo, no que diz respeito às despesas de investigação, impostos diferidos, provisões, amortizações, itens extraordinários, inventários e trabalhos em curso.

Em 1995, a legislação relativa à Bolsa de Valores de Copenhaga foi alterada, de onde resultou a modernização da estrutura da bolsa. Em 1996, foram modernizadas as regras aplicáveis aos emitentes de títulos cotados na Bolsa de valores.

Em Maio de 2001, foi aprovada por unanimidade, pelo Parlamento, uma nova LDF, entrando em vigor em 2002. As disposições desta lei resultaram na mudança mais extensa da legislação contabilística dinamarquesa e do relato financeiro, desde a implementação da Quarta Directiva, em 1981.

A razão para esta mudança acentuada no requisito do relato financeiro das entidades deveu-se à forte crítica ao regulamento anterior, que se resume no seguinte:

- ✚ A base para a cláusula geral "uma imagem verdadeira e apropriada" estava pouco clara e inadequada;
- ✚ A base teórica para o reconhecimento e mensuração foi considerada antiquada, visto à luz do desenvolvimento internacional;
- ✚ Com o passar do tempo, a legislação contabilística tinha-se tornado muito difusa e pouco clara;
- ✚ Os anteriores requisitos de divulgação na LDF e disposições relativas às notas e ao relatório anual não eram sistemáticos e eram insuficientes.

A LDF de 2001 é amplamente baseada nas IFRS. É, também, caracterizada por uma terminologia mais rigorosa. Por exemplo, ao contrário da anterior, esta distingue nitidamente o reconhecimento da mensuração e tem sido feito um *enforcement* no que diz respeito aos conceitos, por exemplo, ao justo valor, em conformidade com o usado nas IFRS. Foram introduzidas, além disso, as definições gerais de activos, passivos, capital próprio, rendimentos, gastos, entre outros. A cláusula geral, "imagem verdadeira e apropriada", mantém-se. Ao contrário da anterior, a lei contém disposições explícitas, no que diz respeito à relevância e fiabilidade como requisitos de qualidade, que são, em certa medida, uma tentativa de clarificar o conteúdo "imagem verdadeira e apropriada".

4.1 – Desenvolvimento dos Regulamentos Contabilísticos Dinamarqueses

1912

- Primeira Lei de Escrituração Comercial.

1917

- Primeira Lei das Sociedades Limitadas.

1930

- A Lei das Sociedades Limitadas é revista.

1959

- A Lei de Escrituração Comercial é revista;
- Ordem de Escrituração Comercial: Ordem Ministerial sobre Contabilidade, Demonstrações Financeiras e Preservação de Registos Contabilísticos de Empreendimentos Comerciais.

1973

- A Lei das Sociedades Limitadas é dividida em duas leis:
 - Lei das Entidades Públicas Limitadas;
 - Lei das Entidades Privadas Limitadas.

1978

- O FSR começa a publicar as normas internacionais de contabilidade em dinamarquês com comentários dinamarqueses.

1981

- As partes que tratam das contas anuais das sociedades limitadas são retiradas de duas leis das sociedades limitadas e é adoptada a LDF (implementação da Quarta Directiva).

1987

- A Bolsa de Valores de Copenhaga adopta os “Deveres de Informação a prestar pelos Emitentes de Valores Mobiliários Admitidos à Negociação”, em que se estabelece que as demonstrações financeiras das entidades cotadas devem estar em conformidade com o nível mais elevado de normas de contabilidade no sector em que a entidade opera.

1988

- A LDF é revista. O capítulo sobre auditoria é transferido das Leis das Sociedades Limitadas para a LDF;
- É publicada a primeira NCD pelo FSR.

1989

- São revistos os “Deveres de Informação a prestar pelos Emitentes de Valores Mobiliários Admitidos à Negociação”.

1990

- É revista a Ordem Ministerial sobre Contabilidade, Demonstrações Financeiras e Preservação de Registos Contabilísticos de Empreendimentos Comerciais (Ordem de Escrituração Comercial);
- É emitida uma Directriz Ministerial sobre Escrituração Comercial.

1991

- É revista a LDF (implementação da Sétima Directiva);
- É adoptada uma Ordem Ministerial relativo ao formato das contas anuais e contas do grupo (Ordem das Demonstrações Financeiras);
- É emitida uma Directriz Ministerial relativa a contas de grupo;
- A Lei das Entidades Públicas Limitadas é revista. O limite para as obrigações de informação relativamente aos accionistas principais é alterado de accionistas que detenham 10% do capital social para accionistas que detenham 5% do capital social;
- A LDF é revista:
 - Se uma entidade muda o seu exercício fiscal, nenhum período financeiro deve exceder 12 meses;
 - Se uma entidade muda a sua política contabilística, a mudança acumulada deve ser transferida directamente para o capital próprio e os valores comparativos devem ser ajustados adequadamente;
 - Um auditor cessante de uma entidade admitida à negociação deve imediatamente informar a Bolsa de Valores de Copenhaga sobre a sua saída, devendo, também, informar o auditor recém-eleito das razões de ter deixado de ser auditor da entidade;

- O auditor tem que comparecer à reunião da Assembleia-geral destinada à apresentação das contas e responder a perguntas relativas às contas anuais que são assinadas por ele;
 - O auditor deve verificar se o conselho de administração segue a legislação prevista nas Leis das Sociedades Limitadas e na LDF;
 - As Prestações de Contas devem ser depositadas junto da ADCE dentro de 5 meses após o final do ano fiscal.
- São revistos os “Deveres de Informação a prestar pelos Emitentes de Valores Mobiliários Admitidos à Negociação”:
 - Uma entidade cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação deve seguir as NCD;
 - Se as entidades do grupo não forem todas auditadas por, pelo menos, um dos auditores da empresa-mãe, pelas suas filiais internacionais ou por uma reputada firma internacional de auditoria, essa informação deve ser dada no relatório financeiro anual;
 - O prazo para publicar relatórios semestrais e anuais é encurtado.

1992

- A LDF é revista:
 - A ADCE pode solicitar as informações necessárias para determinar se a lei, as disposições previstas nos termos da lei e os estatutos da entidade foram cumpridos.
- A Lei das Entidades Públicas Limitadas é revista:
 - As informações devem ser prestadas na Assembleia-geral anual e no relatório financeiro anual relativas às posições defendidas pelos membros do conselho de administração.

1994

- A LDF é revista:
 - A ADCE deve realizar testes estatísticos para analisar se as entidades seguem a lei e as disposições estabelecidas nos termos da lei;
 - É criado um Conselho de Contabilidade como um fórum consultivo do Ministério do Comércio e Indústria em questões contabilísticas;
 - As grandes entidades devem divulgar os honorários pagos aos auditores.

1996

- É adoptada uma lei sobre entidades industriais e comerciais:
 - As entidades com responsabilidade limitada estão abrangidas pelas disposições da LDF, embora com um certo número de isenções, com base em condições especiais aplicáveis a essas entidades.
- Os “Deveres de Informação a prestar pelos Emitentes de Valores Mobiliários Cotados” são substituídos pelas “Regras que Regem os Emitentes de Valores Cotados pela Bolsa de Valores de Copenhaga” (*Regler for udstedere af børsnoterede værdipapirer på Københavns Fondsbørs*).
- A LDF e a Ordem das Demonstrações Financeiras são revistas:
 - As pequenas entidades não precisam de preparar o relatório de gestão;
 - As pequenas entidades não necessitam de incorporar as consequências das alterações das práticas contabilísticas no saldo de abertura do ano em que a mudança tenha lugar; ao invés, elas podem incluir o montante relativo à alteração nas suas contas de ganhos e perdas;
 - As pequenas entidades não precisam de explicar, nas notas de despesas antecipadas, os rendimentos, provisões, despesas, e rendimentos relativos a anos anteriores e despesas e rendimentos extraordinários;
 - A demonstração dos resultados deve deixar de ser apresentada no formato horizontal, o que, aliás, era, também, muito raro na prática;

- É especificado que os impostos diferidos devem, geralmente, ser considerados como provisões, embora a soma dos impostos diferidos possa ser indicada numa nota;
- É especificado que provisões, amortizações, e reversões de provisões e amortizações devem ser incluídos na demonstração dos resultados, no âmbito das actividades e funções a que se referem;
- É especificado que, apenas, os rendimentos e despesas, que não dizem respeito ao funcionamento normal da entidade, podem ser incluídos em itens extraordinários.
- O impacto financeiro total de estimativas contabilísticas e de mudanças de tais estimativas devem ser declarados, e a alteração da estimativa deve ser explicada nas notas;
- O método LIFO (Last In First Out) como critério de valorimetria das saídas de existências deixa de ser utilizado;
- É especificado que o valor realizável líquido, à data do balanço, deve ser usado em conexão com a redução de activos correntes, seguindo o princípio do menor valor;
- O imposto sobre o resultado extraordinário deve ser declarado separadamente na demonstração dos resultados.

1998

- A LDF é revista:
 - As contas anuais podem ser preparadas em euros, ou noutra moeda que seja relevante para a entidade.
- A Lei de Escrituração Comercial é revista.

2001

- A LDF é, drasticamente, revista, sendo a principal inspiração as IFRS.

4.2 – Visão Geral da Legislação Contabilística Existente

- Leis, Ordens Ministeriais Associadas e Directrizes:

- ✓ Lei de Escrituração Comercial;
- ✓ Ordem Ministerial de Escrituração Comercial para as Demonstrações Financeiras;
- ✓ Lei das Demonstrações Financeiras;
- ✓ Legislação especial para bancos, companhias de seguros e instituições de crédito hipotecário e outras instituições de crédito.

- Normas Contabilísticas e Recomendações:

- ✓ Normas Contabilísticas Dinamarquesas

Primeira: Objectivo e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Segunda: Divulgação das Políticas Contabilísticas

Terceira: Mudanças nas Políticas Contabilísticas e Estimativas Contabilísticas

Quarta: Passivos Contingentes e Eventos que Ocorram Após a data do Balanço

Quinta: Itens Extraordinários

Sexta: Contratos de Construção

Sétima: Investigação e Desenvolvimento

Oitava: Inventários

Nona: Conversão da Moeda Estrangeira

Décima: Propriedades, Instalações e Equipamentos

Décima primeira: Demonstração dos Fluxos de Caixa

Décima segunda: Relatório de Gestão

Décima terceira: Divulgações de Partes Relacionadas

Décima quarta: Impostos sobre o Rendimento

Décima quinta: Instrumentos Financeiros

Décima sexta: Propriedades de Investimento

Décima sétima: Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

Décima oitava: Concentrações de Actividades Empresariais

Décima nona: Capital Próprio – Instrumentos de Capital Próprio Readquiridos (Acções Próprias)

Vigésima: Divulgação de acções

Estas normas são obrigatórias para entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado.

- ✓ Leis que regulam a Bolsa de Valores de Copenhaga.
- ✓ Normas Internacionais de Contabilidade (recomendadas pelos profissionais de contabilidade e auditoria).
- ✓ Pareceres emitidos pelo FSR.

5 – OS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE E AUDITORIA NA DINAMARCA

Na Dinamarca, existem dois organismos de contabilistas e auditores:

- **A Associação dos Contabilistas e Auditores Autorizados** (*Foreningen af Statsautoriserede Revisorer, FSR*). Com cerca de 2000 membros, o FSR é, na prática, uma organização muito influente, pois os membros mais acreditados, frequentemente, fazem parte das comissões do Governo que verificam a aplicação das leis de auditoria e contabilidade.

O FSR é membro da *Fédération des Experts Comptables Européens* (FEE). Esta federação, a funcionar desde 1 de Janeiro de 1987, tem como objectivos:

- Trabalhar com vista à harmonização das práticas contabilísticas na Europa, tanto no sector público como no sector privado;
- Promover a cooperação através dos organismos profissionais na Europa em relação a problemas de interesse comum nos sectores público e privado;
- Representar a profissão contabilística europeia a nível internacional;
- Promover congressos e seminários com periodicidade.

- **A Associação dos Contabilistas e Auditores Certificados** (*Foreningen af Registrerede Revisorer, FRR*). Com cerca de 4000 membros, o FRR trabalha com duas organizações distintas: a *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs* (EFAA) e a *International Federation of Accountants* (IFAC).

Há dois tipos de acreditação para o exercício da profissão de auditor:

- **O Auditor Autorizado** (*Statsautoriseret Revisor, SR*) cujo organismo profissional é o FSR. Estes auditores realizam um mestrado, que abrange um amplo leque de temas relacionados com a contabilidade e auditoria, seguido de 3 anos de experiência de prática profissional e um exame escrito e oral. A maior parte do SR é membro do FSR, apesar de não haver qualquer obrigatoriedade de o ser. Esta acreditação permite ao profissional auditar em todos os tipos de entidades.

- **O Auditor Certificado** (*Registreret Revisor, RR*) cujo organismo profissional é o FRR. Estes auditores devem possuir um diploma universitário de 4 anos e 3 anos de experiência de prática profissional, seguido de um exame escrito e oral.

As demonstrações financeiras de todas as entidades públicas e privadas limitadas devem ser auditadas por, pelo menos, um auditor que deve ser um SR ou um RR. Os RR estão autorizados a auditar as contas das pequenas, médias e grandes entidades, incluindo os municípios. Não estão habilitados a auditar entidades financeiras como bancos e companhias de seguros. As demonstrações financeiras das entidades cotadas na Bolsa de valores devem ser sempre auditadas por um SR.

6 – ANÁLISE DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA DA DINAMARCA ANTES DA ADOÇÃO DO REGULAMENTO Nº 1606/2002, DO PARLAMENTO E DO CONSELHO EUROPEU

A LDF classifica as entidades dinamarquesas com base na sua forma jurídica e dimensão.

Os dois tipos de entidades mais comuns, neste país, são:

- ❖ **As Entidades Públicas Limitadas (*Aktieselskab* ou *A/S*)** que têm que ter um capital social de, pelo menos, 500 000 coroas dinamarquesas. O nome da entidade deve conter a palavra “*aktieselskab*” ou as iniciais “A/S”. Podem oferecer acções ao público.
- ❖ **As Entidades Privadas Limitadas (*Anpartsselskab* ou *ApS*)** que devem ter no mínimo, um capital de 125 000 coroas dinamarquesas. O nome da entidade deve conter a palavra “*anpartsselskab*” ou as iniciais “ApS”. Têm que ter, no mínimo, dois accionistas e, no máximo, cinquenta.

Por decreto da ADCE, pode ser permitido que o capital social seja declarado noutras moedas. A ADCE pode, ainda, definir regras específicas sobre as condições em que o capital social possa ser declarado noutra moeda e sobre o momento em que essa alteração pode ser feita.

A ADCE é o local de registo oficial para as entidades dinamarquesas. Em paralelo, administra uma série de actos legislativos empresariais, incluindo:

- Lei das Entidades;
- Lei das Contas das Entidades;
- Lei das Fundações Comerciais;
- Lei da Consolidação em Determinadas Entidades Comerciais.

Além disso, a ADCE:

- É responsável por uma variedade de leis comerciais aplicáveis a determinados tipos de actividade, tais como auditores e contabilistas, agentes imobiliários, tradutores e intérpretes autorizados;
- É a autoridade competente em matéria de legislação comunitária, no domínio do direito das sociedades, representando o Ministério Dinamarquês dos Assuntos Económicos e Empresariais em reuniões do grupo de trabalho do Conselho Europeu;
- Pode criar um organismo consultivo sobre questões de contabilidade.

As entidades dinamarquesas devem apresentar as suas contas em conformidade com a LDF. Todas as entidades devem publicar as suas demonstrações financeiras submetendo-as à ADCE. As entidades com valores cotados na Bolsa de valores, devem, também, cumprir com as NCD, conforme publicadas pelo FSR.

O registo e publicação de informações de negócios favorecem o livre mercado. Um fácil e rápido acesso ao registo e uma eficaz, mas flexível administração da legislação é, ao mesmo tempo, a base do importante papel desempenhado pela ADCE, no esforço nacional de reduzir os encargos administrativos.

O principal desejo das entidades dinamarquesas é que a ADCE efectue um registo rápido e eficaz. O registo deve ser, também, meticuloso e de elevada qualidade. A ampla utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação tem reduzido o tempo médio de registo, mantendo o mesmo nível de qualidade.

6.1 – CLASSES DE RELATO

As disposições que regem a elaboração dos relatórios anuais na LDF são divididas em quatro classes de relato: A, B, C e D, e em quatro partes: da II à V.

Na determinação da classe de relato, a ser seguida por uma entidade, deve aplicar-se o seguinte:

1. As entidades que não são obrigadas a apresentar um relatório anual, mas que o façam, voluntariamente, devem, no mínimo, seguir as regras estabelecidas na classe de relato A, conforme definidas na Parte II, da lei;
2. As pequenas entidades devem apresentar um relatório anual, tendo que, no mínimo, seguir as regras da classe de relato B, conforme definidas na Parte III;
3. As médias e grandes entidades deverão apresentar um relatório anual, e terão que, no mínimo, seguir as regras da classe de relato C, conforme definidas na Parte IV;
4. As sociedades de capital aberto e as entidades com valores cotados, num Estado Membro da UE ou num outro país com o qual a Comunidade tenha celebrado um acordo, e que sejam obrigadas a apresentar um relatório anual, devem, independentemente da sua dimensão, seguir as regras da classe de relato D, conforme definidas na Parte V.

Ao determinar a classe de relato a ser seguida por uma entidade, devem ser aplicados os seguintes limites:

• ***Pequenas entidades***: aquelas que não ultrapassem dois dos seguintes limites, à data do balanço, em dois exercícios consecutivos:

- a) Um balanço total de 20 milhões de coroas dinamarquesas;
- b) Receitas de 40 milhões de coroas dinamarquesas;
- c) Uma média de 50 empregados, a tempo inteiro, durante o exercício.

• ***Médias entidades***: aquelas que não ultrapassem dois dos seguintes limites, à data do balanço, em dois exercícios consecutivos:

- a) Um balanço total de 75 milhões de coroas dinamarquesas;
- b) Receitas de 150 milhões de coroas dinamarquesas;
- c) Uma média de 250 empregados, a tempo inteiro, durante o exercício.

• **Grandes entidades:** as que não sejam pequenas ou médias entidades.

Em conexão com o cálculo dos limites referidos anteriormente, aplica-se o seguinte:

- O balanço total é o total de todos os activos;
- A receita é definida como o preço de venda dos produtos e serviços, vendidos no decurso das actividades normais da entidade, menos os descontos efectuados, o IVA e outros impostos que estão directamente ligadas à quantia vendida. Se um período contabilístico é mais curto ou mais longo do que 12 meses, a receita é aumentada ou reduzida numa base proporcional, de modo a que se chegue a um montante que seja equivalente ao previsto para um período de 12 meses;
- Na medida do possível, o número médio de empregados, a tempo inteiro, deve ser calculado de acordo com as regras estabelecidas na aplicação da secção 178 da Lei das Entidades Públicas Dinamarquesas.

As empresas-mãe de grupos obrigados a apresentar demonstrações financeiras consolidadas devem, no mínimo, seguir as regras estabelecidas na classe de relato C, excepto se exigido, no mínimo, para seguir as regras da classe de relato D.

Tem sido discutido se as entidades financeiras devem ser abrangidas pela LDF da mesma forma que as entidades convencionais. Tal como acontece com os regulamentos anteriores, as entidades financeiras como bancos e companhias de seguros não estão abrangidas pela lei, porque estão sujeitas a um regulamento especial.

6.2 - FORMATO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A LDF contempla seis formatos para apresentação do balanço e da demonstração dos resultados.

6.2.1 – Formato para o Balanço em forma de Conta (Classes de relato B, C e D)

ACTIVOS

ACTIVOS FIXOS

I. Activos intangíveis

1. Projectos de desenvolvimento concluídos, incluindo concessões, patentes, marcas e direitos similares originados de projectos de desenvolvimento
2. Concessões adquiridas, patentes, licenças, marcas e direitos similares
3. Goodwill
4. Desenvolvimento de projectos em curso e adiantamentos por conta de activos intangíveis

II. Propriedades, instalações e equipamentos

1. Terrenos e edifícios
2. Instalações e máquinas
3. Outras instalações, ferramentas e equipamentos
4. Imobilizado em curso e adiantamentos por conta de propriedades, instalações e equipamentos

III. Investimentos

1. Investimentos em entidades do grupo
2. Créditos de entidades do grupo
3. Investimentos em associadas
4. Créditos de associadas
5. Outros investimentos
6. Outros créditos
7. Acções em tesouraria
8. Créditos de proprietários e da administração

ACTIVOS CORRENTES

I. Existências

1. Matérias-primas e consumíveis
2. Trabalhos em curso
3. Produtos manufacturados e bens para revenda
4. Adiantamentos por conta de compras

II. Recebimentos

1. Clientes
2. Contratos de obras em curso
3. Créditos de entidades do grupo
4. Créditos de associadas
5. Outros créditos
6. Capital social não realizado
7. Créditos de proprietários e da administração
8. Adiantamentos

III. Investimentos

1. Investimentos em entidades do grupo
2. Acções em tesouraria
3. Outros investimentos

IV. Caixa

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital social

II. Prémios de emissão

III. Reservas de reavaliação

IV. Outras reservas

1. Reserva de reavaliação líquida de acordo com o método de equivalência patrimonial
2. Reserva para acções em tesouraria
3. Reserva para o justo valor de activos financeiros
4. Reserva para o justo valor de activos biológicos
5. Reservas estatutárias
6. Outras reservas

V. Lucros acumulados

PROVISÕES

1. Provisões para pensões e obrigações similares
2. Provisões para impostos diferidos
3. Outras provisões

PASSIVOS PARA ALÉM DAS PROVISÕES (de curto e longo prazo)

1. Dívida hipotecária
2. Outras dívidas financiadas pela emissão de títulos
3. Instrumentos de dívida convertíveis e lucro distribuível
4. Adiantamentos de clientes
5. Dívidas comerciais
6. Dívidas às entidades do grupo
7. Dívidas às associadas
8. Imposto sobre lucros
9. Outras dívidas

- 10. Impostos diferidos
- 11. Dividendos propostos

6.2.2 – Formato para o Balanço em forma de Relatório (Classes de relato B, C e D)

ACTIVOS FIXOS

I. Activos intangíveis

- 1. Projectos de desenvolvimento concluídos, incluindo as concessões, patentes, marcas e direitos similares originados de projectos de desenvolvimento
- 2. Concessões adquiridas, patentes, licenças, marcas e direitos similares
- 3. Goodwill
- 4. Desenvolvimento de projectos em curso e adiantamentos por conta de activos intangíveis

II. Propriedades, instalações e equipamentos

- 1. Terrenos e edifícios
- 2. Instalações e máquinas
- 3. Outras instalações, ferramentas e equipamentos
- 4. Imobilizado em curso e adiantamentos por conta de propriedades, instalações e equipamentos

III. Investimentos

- 1. Investimentos em entidades do grupo
- 2. Créditos de entidades do grupo
- 3. Investimentos em associadas
- 4. Créditos de associadas
- 5. Outros investimentos
- 6. Outros créditos
- 7. Acções em tesouraria
- 8. Créditos de proprietários e da administração

ACTIVOS CORRENTES

I. Existências

1. Matérias-primas e consumíveis
2. Trabalho em curso
3. Produtos manufacturados e bens para revenda
4. Adiantamentos por conta de compras

II. Recebimentos

1. Clientes
2. Contratos de obras em curso
3. Créditos de entidades do grupo
4. Créditos de associadas
5. Outros créditos
6. Capital social não realizado
7. Créditos de proprietários e da administração
8. Adiantamentos

III. Investimentos

1. Investimentos em entidades do grupo
2. Acções em tesouraria
3. Outros investimentos

IV. Caixa

PASSIVOS DE CURTO PRAZO PARA ALÉM DAS PROVISÕES

1. Dívida hipotecária
2. Outras dívidas financiadas pela emissão de títulos
3. Instrumentos de dívida convertíveis e lucro distribuível

4. Adiantamentos de clientes
5. Dívidas comerciais
6. Dívidas às entidades do grupo
7. Dívidas às associadas
8. Imposto sobre lucros
9. Outras dívidas
10. Impostos diferidos
11. Dividendos propostos

PASSIVOS A LONGO PRAZO PARA ALÉM DAS PROVISÕES

1. Dívida hipotecária
2. Outras dívidas financiadas pela emissão de títulos
3. Instrumentos de dívida convertíveis e lucro distribuível
4. Adiantamentos de clientes e adiantamentos de outros devedores
5. Dívidas comerciais
6. Dívidas às entidades do grupo
7. Dívidas às associadas
8. Imposto sobre lucros
9. Outras dívidas
10. Impostos diferidos

PROVISÕES

1. Provisões para pensões e obrigações similares
2. Provisões para impostos diferidos
3. Outras provisões

CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital social

II. Prémios de emissão

III. Reservas de reavaliação

IV. Outras reservas

1. Reserva de reavaliação líquida de acordo com o método de equivalência patrimonial
2. Reserva para acções em tesouraria
3. Reserva para o justo valor de activos financeiros
4. Reserva para o justo valor de activos biológicos
5. Reservas estatutárias
6. Outras reservas

V. Lucros acumulados

6.2.3 – Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Natureza (Classe de relato B)

1. Volume de negócios
2. Variação de existências de produtos acabados, trabalhos em curso e mercadorias para revenda
3. Trabalhos realizados por conta própria e capitalizados
4. Outras receitas operacionais
5. Despesas externas
 - a) *Matérias-primas e consumíveis*
 - b) *Outras despesas externas*
6. Custos com pessoal
 - a) *Ordenados e salários*
 - b) *Pensões*
 - c) *Outros custos com a segurança social*
7. Depreciação, amortização e perdas por imparidade; propriedades, instalações e equipamentos, bem como activos intangíveis

8. Amortização de outros activos correntes
9. Outras despesas operacionais
10. Rendimentos de investimentos em entidades do grupo e associadas
 - a) *Rendimentos de investimentos em entidades do grupo*
 - b) *Rendimentos de investimentos em associadas*
11. Rendimentos provenientes de outros investimentos e créditos que são activos fixos
12. Outros rendimentos financeiros das entidades do grupo
13. Outros rendimentos financeiros
14. Imparidade de activos financeiros
15. Outras despesas financeiras
 - a) *Despesas financeiras decorrentes das entidades do grupo*
 - b) *Outras despesas financeiras*
16. Lucro ou prejuízo das actividades ordinárias antes de impostos
17. Receitas extraordinárias
18. Despesas extraordinárias
19. Lucros ou prejuízos extraordinários antes de impostos
20. Imposto sobre o lucro líquido
21. Outros impostos
22. Resultado líquido do exercício

6.2.4 – Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Funções (Classe de relato B)

1. Volume de negócios
2. Custo das vendas
3. Margem bruta
4. Custos de distribuição
5. Despesas administrativas
6. Outras receitas operacionais
7. Outras despesas operacionais
8. Rendimentos de investimentos em entidades do grupo e associadas

- a) Rendimentos de investimentos em entidades do grupo*
- b) Rendimentos de investimentos em associadas*
- 9. Rendimentos de outros investimentos e créditos que são activos fixos
- 10. Outros rendimentos financeiros das entidades do grupo
- 11. Outros rendimentos financeiros
- 12. Imparidade de activos financeiros
- 13. Outras despesas financeiras
- a) Despesas financeiras das entidades do grupo*
- b) Outras despesas financeiras*
- 14. Lucro ou prejuízo das actividades ordinárias antes dos impostos
- 15. Receitas extraordinárias
- 16. Despesas extraordinárias
- 17. Lucros ou prejuízos extraordinários antes de impostos
- 18. Imposto sobre o lucro líquido
- 19. Outros impostos
- 20. Resultado líquido do exercício

6.2.5 – Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Natureza (Classes de relato C e D)

- 1. Volume de negócios
- 2. Variação de existências de produtos acabados, trabalhos em curso e mercadorias para revenda
- 3. Trabalhos realizados por conta própria e capitalizados
- 4. Outras receitas operacionais
- 5. Despesas externas
 - a) Matérias-primas e consumíveis*
 - b) Outras despesas externas*
- 6. Custos com pessoal
 - a) Ordenados e salários*
 - b) Pensões*

c) Outras despesas com a segurança social

7. Depreciação, amortização e perdas por imparidade; propriedades, instalações e equipamentos, bem como activos intangíveis

8. Amortização de outros activos correntes

9. Outras despesas operacionais

10. Rendimentos de investimentos em entidades do grupo e associadas

a) Rendimentos de investimentos em entidades do grupo

b) Rendimentos de investimentos em associadas

11. Rendimentos de outros investimentos e créditos que são activos fixos

12. Outros rendimentos das entidades do grupo

13. Outros rendimentos financeiros

14. Imparidade de activos financeiros

15. Outras despesas financeiras

a) Despesas financeiras decorrentes das entidades do grupo

b) Outras despesas financeiras

16. Resultado antes de impostos e itens extraordinários

17. Imposto sobre o resultado das actividades ordinárias

18. Resultado das actividades correntes após impostos

19. Receitas extraordinárias

20. Despesas extraordinárias

21. Lucros ou prejuízos extraordinários antes de impostos

22. Imposto sobre os resultados extraordinários

23. Lucros ou prejuízos extraordinários após impostos

24. Outros impostos

25. Resultado líquido do exercício

6.2.6 – Formato para a Demonstração dos Resultados em forma de Relatório Classificada por Funções (Classes de relato C e D)

1. Volume de negócios

2. Custo das vendas

3. Margem bruta
4. Custos de distribuição
5. Despesas administrativas
6. Outras receitas operacionais
7. Outras despesas operacionais
8. Rendimentos de investimentos em entidades do grupo e associadas
 - a) *Rendimentos de investimentos em entidades do grupo*
 - b) *Rendimentos de investimentos em associadas*
9. Rendimentos de outros investimentos e créditos que são activos fixos
10. Outros rendimentos financeiros das entidades do grupo
11. Outros rendimentos financeiros
12. Imparidade de activos financeiros
13. Outras despesas financeiras
 - a) *Despesas financeiras das entidades do grupo*
 - b) *Outras despesas financeiras*
14. Resultado antes de impostos e itens extraordinários
15. Imposto sobre o resultado das actividades ordinárias
16. Lucro ou prejuízo das actividades correntes após impostos
17. Receitas extraordinárias
18. Despesas extraordinárias
19. Lucros ou prejuízos extraordinários antes de impostos
20. Imposto sobre os resultados extraordinários
21. Lucros ou prejuízos extraordinários após impostos
22. Outros impostos
23. Resultado líquido do exercício

6.3 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL

O relatório anual deve conter os elementos previstos para cada classe de relato, bem como os elementos equivalentes para as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando uma entidade opta por não apresentar um relatório anual, deverá apresentar uma declaração de isenção à ADCE.

A empresa-mãe e o grupo têm que publicar um relatório anual que deve conter, pelo menos, os seguintes elementos legais:

- ✓ Declaração do órgão de administração e gestão;
- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração dos resultados;
- ✓ Anexos;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa (não se aplica às pequenas entidades);
- ✓ Uma explicação completa dos princípios contabilísticos aplicados;
- ✓ Demonstração das alterações no capital e nas reservas;
- ✓ Relatório de gestão;
- ✓ Relatório de auditoria.

Caso uma entidade opte por apresentar um relatório complementar voluntário, este vai fazer parte do relatório anual e deve ser colocado depois dos elementos obrigatórios. Além disso, os relatórios de gestão para a empresa-mãe e para o grupo podem ser conjuntos, contanto, que, se as divulgações da empresa-mãe e do grupo diferirem, as divulgações de cada um aparecem separadamente no relatório conjunto. As demonstrações das alterações no capital e nas reservas podem ser apresentadas como uma demonstração conjunta ou no anexo. Exemplos de relatórios complementares voluntários são os relatórios sobre as responsabilidades sociais da entidade, o capital intelectual, os assuntos de empregados, as questões ambientais e o comportamento ético. Os métodos e bases de mensuração utilizados na preparação dos relatórios complementares devem ser, também, divulgados.

O facto de as entidades familiares (classe de relato A) serem totalmente abrangidas por uma LDF corrente é uma inovação, e a obrigação de apresentar as demonstrações financeiras, de acordo com a Parte II da lei, depende, também, da escolha voluntária da entidade em apresentar um relatório anual que não é destinado exclusivamente ao seu próprio uso.

As demonstrações financeiras preparadas por uma entidade para seu próprio uso não serão consideradas como constituindo um relatório anual, ao abrigo da LDF.

Após a aprovação, todas as entidades abrangidas pelas classes de relato B, C e D devem apresentar o relatório anual aprovado e auditado à ADCE. A ADCE deve receber o relatório anual num prazo de 5 meses após o final do exercício. As entidades abrangidas pela classe de relato D ficam sujeitas a um prazo de 4 meses.

Os membros da administração das entidades são responsáveis por assegurar que o relatório anual é apresentado à ADCE, dentro dos prazos estipulados na lei.

Quando o relatório estiver preparado, o mesmo deve ser assinado por todos os membros do órgão de gestão competente e as suas assinaturas devem ser datadas.

Mesmo que um membro da administração discorde de um relatório anual, no todo ou em parte, ou tem objecções a que o referido relatório seja aprovado, o mesmo não tem o direito de se recusar a assiná-lo. No entanto, esse membro da administração poderá declarar a sua objecção, dando razões específicas e adequadas, juntamente com a sua assinatura e com uma declaração do executivo e do conselho fiscal sobre o relatório anual.

6.3.1 – Relatórios Financeiros Intercalares de Sociedades de Capital Aberto

Segundo a LDF, uma sociedade de capital aberto é uma entidade pública limitada abrangida pela secção 2 da Lei das Entidades.

As sociedades de capital aberto devem apresentar um relatório financeiro intercalar a tempo de ser recebido pela ADCE, dentro de 2 meses após o final do período de 6 meses em questão. Se não o apresentar, a agência pode impor multas por omissão, em conformidade com a secção 162 (1), n.º 1 da LDF.

Se a sociedade de capital aberto for uma empresa-mãe, o relatório intercalar deve ser elaborado como se as entidades consolidadas fossem uma única entidade.

Uma entidade pode deixar de preparar relatórios intercalares se a sua informação estiver incluída num relatório intercalar preparado por uma empresa-mãe.

Uma sociedade de capital aberto pode, também, preparar relatórios intercalares para períodos que não sejam de seis meses.

6.4 - IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

O relatório anual deve dar uma imagem verdadeira e apropriada dos activos e passivos, da posição financeira e do resultado. Se a administração da entidade chegar à conclusão que as disposições da LDF não são suficientes para dar essa imagem, deverá prestar informação adicional.

Se, em casos especiais, as disposições da lei estiverem em conflito com o requisito da imagem verdadeira e apropriada, a administração deverá derrogar essa disposição para obter essa imagem. Qualquer derrogação deve ser divulgada nas notas e ser explícita e completamente esclarecida, com informação sobre os efeitos da mesma nos activos e passivos, na posição financeira e no resultado da entidade do grupo.

Contudo, a grande novidade, desde a LDF de 2001, é o requisito de que todo o relatório anual fornece uma imagem verdadeira e apropriada, no sentido em que os relatórios de gestão e quaisquer relatórios adicionais, devem, também, fornecer uma imagem verdadeira e apropriada, desde que quaisquer relatórios adicionais sejam considerados como parte do relatório anual. Isto tem sido alvo de intenso debate, visto à luz do facto de não existir nenhuma norma geralmente aceite na prática contabilística dinamarquesa para o conteúdo do relatório adicional. Porém, a LDF determina que os relatórios adicionais “devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada dentro das directrizes geralmente aceites para tais relatórios”.




6.5 – REQUISITOS DE QUALIDADE

A cláusula geral "imagem verdadeira e apropriada" tem sido objecto de um grande debate e tem sido criticada por ser pouco clara e inadequada. Os legisladores têm retirado consequências destas críticas, inspirando-se no nível mais generalista da estrutura conceptual do IASC/IASB e do FASB, com a finalidade de estabelecer o objectivo dos relatórios anuais e sistematizar os conceitos fundamentais e as suas interacções.

Isso foi concretizado através da introdução de disposições explícitas que devem ser vistas como uma tentativa de clarificar o conteúdo "uma imagem verdadeira e apropriada" e torná-lo mais específico. Numa primeira fase, temos os utentes das demonstrações financeiras e os processos de tomada de decisões. Na continuação disso, os requisitos de qualidade são interligados ao conteúdo do relatório.

É, então, estabelecido que o relatório anual deve ser preparado de forma a apoiar os utentes nas suas tomadas de decisões económica e financeira. Esses utentes são particulares, entidades, organizações, entidades públicas e outros, cujas decisões financeiras devem, normalmente, ser influenciadas por um relatório anual, incluindo os actuais e potenciais investidores, credores, empregados, clientes, parceiros, comunidade local, entidades que fornecem subsídios governamentais e autoridades fiscais.

A LDF classifica como importantes a nível de destinatários da informação financeira e da tomada de decisões os seguintes elementos:

-  O investimento dos recursos próprios dos utilizadores;
-  A gestão da administração dos recursos da entidade;
-  A distribuição dos recursos da entidade.

Para o relatório ter uma imagem verdadeira e apropriada, deve divulgar assuntos que normalmente são de relevância para os supracitados utentes da informação financeira.

As divulgações devem também satisfazer as expectativas normais dos utilizadores de contas relativamente à fiabilidade.

6.6 - PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

A LDF determina que todo o relatório anual deve basear-se nos seguintes princípios:

Clareza: a informação deve ser preparada de uma forma clara e compreensível;

Especialização/Acréscimo: as transacções e acontecimentos devem ser reconhecidos quando ocorrem, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento;

Continuidade: presume-se que a entidade opera continuamente. Se uma actividade é interrompida, a classificação e apresentação, bem como o reconhecimento e mensuração devem ser ajustados em conformidade;

Coerência formal: o balanço de abertura para o exercício financeiro deve ser equivalente ao balanço de encerramento do exercício anterior;

Coerência real: o ano financeiro, a apresentação e classificação, o método de consolidação, o método de reconhecimento e a base de mensuração, assim como a moeda monetária aplicada não devem ser mudados de ano para ano;

Neutralidade: qualquer mudança num valor deve ser mostrado, independentemente do seu efeito no capital próprio e no resultado;

Consistência: os métodos de reconhecimento e bases de mensuração devem ser aplicados de forma uniforme para a mesma categoria de questões;

Materialidade: todos os elementos pertinentes devem ser incluídos no relatório anual, a menos que sejam insignificantes. Contudo, quando vários assuntos insignificantes, combinados, são considerados significativos, estes devem ser incluídos;

Substância sobre a forma: as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e não apenas à sua forma legal;

Reconhecimento e mensuração pelo valor bruto: cada operação, evento e variação de valor devem ser reconhecidos e mensurados individualmente, e questões individuais não devem ser compensadas entre si.

Se, em casos especiais, uma entidade encontra uma razão para se desviar dos princípios, a mesma deve ser divulgada nas notas e ser específica e exaustivamente explicada, com informação sobre o efeito da divergência nos activos e passivos da entidade ou do grupo, na posição financeira e no resultado.

A LDF permite que o ano fiscal, a apresentação, a classificação, o método de reconhecimento e a base de mensuração sejam mudados nos quatro casos seguintes:

- Se, em conexão com uma quebra na continuidade, é alcançada uma imagem verdadeira e apropriada;
- Se a mudança é necessária a fim de cumprir novas regras no caso de uma transição para uma nova classe de relato;
- Em conexão com alterações da lei;
- Quando há emissão de novas normas contabilísticas.

Se uma entidade muda os seus métodos de reconhecimento e mensuração, os itens afectados devem ser mudados através do reconhecimento directo no capital próprio de abertura e os valores comparativos devem ser ajustados. As disposições da lei nesta área estão fortemente inspiradas na IAS 8.

Será de salientar que o conceito de prudência, que era prévia e fortemente enraizado no relato dinamamarquês, não tem sido encontrado entre os princípios contabilísticos. Isto deveria ser levado a querer dizer que já não é admissível o exercício de uma prudência

excessiva na elaboração das demonstrações financeiras resultar na constituição de reservas ocultas.

Porém, não pode ser concluído que o conceito de prudência, interpretado como o requisito “realista e imparcial da informação contabilística” tenha sido afastado da LDF.

6.7 – RELATÓRIO DE GESTÃO

Nas grandes entidades e nas entidades cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado, o relatório de gestão contém mais informação do que é explicitamente exigido no regulamento.

O relatório de gestão para estas entidades (classes de relato C e D) deve, pelo menos:

- ✚ Descrever as actividades principais da entidade;
- ✚ Descrever qualquer incerteza relacionada com a mensuração ou com o reconhecimento;
- ✚ Descrever qualquer elemento que afecte o reconhecimento ou a mensuração;
- ✚ Mencionar acontecimentos importantes que tenham ocorrido desde o final do exercício financeiro;
- ✚ Descrever a evolução esperada da entidade;
- ✚ Descrever os recursos intelectuais da entidade, desde que sejam de especial importância para os ganhos futuros;
- ✚ Descrever os riscos especiais, para além dos riscos normais que ocorrem no sector, incluindo os riscos comerciais e financeiros;
- ✚ Descrever o impacto da entidade sobre o ambiente externo e medidas para prevenir, reduzir ou reparar danos causados ao ambiente;
- ✚ Descrever as investigações e/ou actividades de desenvolvimento na ou para a entidade.

6.8 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A prática de apresentar contas consolidadas aumentou na Dinamarca durante os anos setenta. O método mais comum de combinação de negócios empresariais é para uma das entidades tornar-se uma filial/subsidiária (entidade sobre a qual uma empresa-mãe, directa ou indirectamente, detém o poder de domínio ou de controlo) de outra.

De acordo com a IAS 22, controlo é o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade a fim de obter benefícios das suas actividades.

Assim, uma empresa-mãe e suas filiais, em conjunto, constituem um grupo.

Uma entidade pública e uma entidade privada são consideradas uma empresa-mãe se:

- Detêm a maioria dos direitos de voto numa entidade pública ou privada;
- São accionistas de uma entidade pública ou privada e têm o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de administração da entidade, ou, se uma entidade privada que não possua um conselho de direcção, o conselho de administração;
- São accionistas de uma entidade pública ou privada e têm o direito de exercer uma influência dominante sobre a entidade com base nos estatutos da sociedade ou de qualquer acordo com a sociedade em geral;
- São accionistas de uma entidade pública ou privada e, com base num acordo com outros titulares de participações das entidades públicas ou privadas, controlam a maioria dos direitos de voto na entidade; ou
- Detêm acções de uma entidade pública ou privada e exercem uma influência dominante sobre essa entidade.

Todas as entidades consolidadas devem ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pela consolidação integral, salvo excepções.

A consolidação integral acontece quando se verificar uma das seguintes condições:

1- A entidade tem a maioria dos direitos de voto dos accionistas na outra entidade;

2- A entidade possui participações noutra entidade e:

- Tem o direito de nomear uma maioria do conselho executivo ou do conselho de administração de outra entidade; ou
- Tem o direito de exercer uma influência dominante sobre uma entidade por força de um contrato ou dos estatutos da entidade; ou
- Exerce uma influência dominante devido a acordos com outros investidores; ou
- Exerce de facto uma influência dominante.

6.8.1 - Obrigação de Apresentar Demonstrações Financeiras Consolidadas

De acordo com a LDF, uma empresa-mãe pode deixar de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, se as entidades consolidadas, entre elas, não ultrapassarem dois dos seguintes limites, à data do balanço:

1- Um balanço total de 20 milhões de coroas dinamarquesas;

2- Receitas de 40 milhões de coroas dinamarquesas; e

3- Uma média de 50 empregados, a tempo inteiro, durante o exercício.

O cálculo das regras, de acordo com a secção 7 (3) da LDF, é aplicável, por analogia, ao grupo global, desde que o total do balanço e receitas sejam calculados como a soma de todos os balanços e receitas totais, respectivamente, das entidades consolidadas. O mesmo se aplica ao número médio de empregados, a tempo inteiro, durante o exercício.

6.8.2 - Âmbito das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Salvo disposição em contrário, todas as demonstrações financeiras das entidades consolidadas devem ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Uma entidade consolidada pode ser excluída da consolidação se:

- É uma subsidiária e restrições significativas e permanentes restringem, consideravelmente, o exercício pela empresa-mãe dos seus direitos patrimoniais ou a gestão dessa entidade;
- É uma subsidiária e as informações necessárias à elaboração das contas consolidadas não possam ser obtidas dentro de um prazo razoável ou sem custos desproporcionados;
- É uma subsidiária não incluída, previamente, nas demonstrações financeiras consolidadas e a empresa-mãe detém os investimentos na subsidiária, exclusivamente, com vista a uma posterior transferência dos mesmos.

Uma subsidiária deve ser excluída da consolidação se ela é regida por regras contabilísticas e de relato emitidas pela Autoridade de Supervisão Financeira Dinamarquesa, e não é, portanto, abrangida pela LDF. O mesmo se aplica se, num caso semelhante, as demonstrações financeiras consolidadas não possam satisfazer os requisitos de uma imagem verdadeira e apropriada, não podendo, neste caso, ser sanada através de informações suplementares.

6.8.3 - Requisitos Gerais das Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar os activos, passivos, a posição financeira e os resultados das entidades consolidadas como se tratasse de uma única entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ter a mesma data do balanço das demonstrações financeiras da empresa-mãe.

Se a data do balanço de uma subsidiária consolidada for inferior a três meses ou menos da data do balanço da empresa-mãe, a subsidiária pode ser incluída na consolidação, com base nas suas demonstrações financeiras. Se a data do balanço de uma subsidiária consolidada for superior a três meses da data do balanço da empresa-mãe, a subsidiária deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, com base nas suas demonstrações financeiras especiais, preparadas conforme a data do balanço da empresa-mãe, de acordo com as disposições da LDF.

Na consolidação, as demonstrações financeiras são obtidas pela soma uniforme de rendimentos e gastos, activos, passivos e capital próprio. Quaisquer ajustamentos que sejam necessários devem ser feitos devido a factores especiais inerentes à própria natureza da consolidação.

Entidades consolidadas, para as quais o grupo tenha sido estabelecido, durante o exercício, só podem ser incluídas na consolidação na medida dos rendimentos e gastos relativos às operações e quaisquer outros assuntos que ocorram após a data em que a ligação de grupo fora estabelecida.

Entidades consolidadas, para as quais o grupo tenha terminado, durante o exercício, só podem ser incluídas na consolidação na medida dos rendimentos e gastos relativos às operações e quaisquer outros assuntos decorrentes até a data em que o grupo fora terminado.

6.8.4 – Classificação

O balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser apresentados em conformidade com as normas das demonstrações financeiras da classe de relato de C, salvo disposição em contrário.

Se a empresa-mãe tem a obrigação de seguir as regras da classe de relato D para a apresentação das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras consolidadas devem também seguir essas regras, salvo disposição em contrário.

A parte proporcional dos interesses minoritários do património líquido das subsidiárias será inscrita como principal item separado entre o capital próprio e o passivo. A parte proporcional dos interesses minoritários dos resultados das subsidiárias deve ser inscrita como um item separado na demonstração dos resultados.

Interesses minoritários são a parte dos resultados e a dos capitais próprios de uma subsidiária que seja atribuível às acções não possuídas directamente pela empresa-mãe ou indirectamente pela empresa-mãe, por intermédio de outra subsidiária.

6.8.5 – Reconhecimento e Mensuração

Os activos, passivos e capital próprio, os rendimentos e gastos abrangidos pela consolidação devem ser reconhecidos e mensurados de acordo com métodos uniformes em cumprimento das normas da classe de relato C das demonstrações financeiras.

Na medida do possível, os mesmos métodos de reconhecimento e bases de mensuração devem ser usados nas demonstrações financeiras consolidadas e nas demonstrações financeiras da empresa-mãe. Se a subsidiária consolidada utilizar outros métodos e bases nas suas próprias demonstrações financeiras, as novas demonstrações financeiras devem ser preparadas para as demonstrações financeiras consolidadas, nos quais os métodos de reconhecimento e bases de mensuração estão em conformidade com os métodos e bases utilizados nas demonstrações financeiras consolidadas.

6.8.6 - Eliminação

Na consolidação das demonstrações financeiras devem ser eliminados os seguintes itens:

- Os créditos e débitos entre as entidades consolidadas;
- Os proveitos e custos resultantes de transacções entre as entidades consolidadas; e
- Os ganhos e perdas resultantes de transacções entre as entidades consolidadas e que estejam incluídos na quantia escriturada dos itens.

6.8.7 – Criação de um Grupo

Salvo indicação em contrário, a criação de um grupo entre duas entidades será tratada de acordo com o método de compra.

Se, em relação à criação do grupo, as duas entidades estiverem sujeitas a uma empresa-mãe num grupo ou são ambas sujeitas ao controlo do mesmo interesse, a criação do grupo pode ser tratada de acordo com o método de comunhão de interesses.

6.8.7.1 – Método de Compra

Se o grupo é estabelecido pela aquisição de uma entidade, os activos e passivos adquiridos, à data de aquisição, devem ser incluídos e mensurados pelo justo valor (quantia pela qual um activo podia ser trocado ou um passivo liquidado entre as partes, numa transacção, em condições normais de mercado) nas demonstrações financeiras consolidadas, tivessem ou não sido incluídos no balanço da entidade antes da aquisição. Neste contexto, despesas de reestruturação estimadas, na adquirida, devem ser reconhecidas como provisões.

Um investimento numa subsidiária consolidada mensurado pelo custo deve ser eliminado, no âmbito da consolidação das entidades, na parte proporcional dos activos líquidos da subsidiária, mensurados pelo justo valor. A eliminação será efectuada no momento da criação do grupo. Um saldo positivo, resultante desta eliminação, deve ser tratado como um goodwill. Um saldo negativo deve ser reconhecido como proveito diferido e imputado a resultados, numa base sistemática que não exceda um período de 20 anos.

Investimentos de capital numa empresa-mãe, detidos por uma entidade consolidada, não devem ser eliminados, mas devem ser tratados como acções em tesouraria.

6.8.7.2 – Método de Comunhão de Interesses

De acordo com o método de comunhão de interesses, as demonstrações financeiras consolidadas devem ser apresentadas para o período em que ocorre a unificação de interesses. A diferença entre o montante pago a título de investimento de capital e qualquer prémio, mais alguma retribuição em dinheiro e o valor patrimonial da subsidiária deve ser claramente ajustada nas reservas. Assim sendo, não há lugar ao reconhecimento de goodwill resultante da operação.

Segundo a IAS 22, uma unificação de interesses é uma concentração de actividades empresariais em que os accionistas das entidades envolvidas concentram o controlo sobre o total dos seus activos líquidos e as operações a fim de conseguir uma participação mútua continuada nos riscos e benefícios ligados à entidade concentrada de forma tal que nenhuma parte possa ser identificada como a adquirente.

6.8.8 – Consolidação Proporcional

Uma entidade gerida por uma entidade com uma ou mais entidades pode ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pela consolidação proporcional.

Os itens da entidade conjuntamente controlada devem ser incluídos numa base proporcional com a parte dos resultados e capitais próprios das entidades consolidadas.

6.8.9 – Divulgação nas Notas

- *Divulgação de políticas contabilísticas*

A divulgação das políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras consolidadas deve fornecer informações sobre o grupo como se as entidades consolidadas fossem uma única entidade. Ao invés de se obter informações sobre os montantes individuais das entidades, os montantes das entidades consolidadas são apresentados em conjunto, consolidados em conformidade com as metodologias aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

A divulgação das políticas contabilísticas deve, também, mostrar todos os casos dos seguintes procedimentos:

- Qualquer exclusão de uma entidade consolidada, dando razões específicas e adequadas;
- Qualquer data do balanço para uma filial consolidada que é diferente da data da empresa-mãe. Se algum evento importante ocorreu entre as duas datas do balanço que afectam os activos, passivos e capital próprio, a sua posição financeira e os resultados da filial, deve ser explicado;
- O uso de quaisquer métodos de reconhecimento e bases de mensuração diferentes dos utilizados em demonstrações financeiras da empresa-mãe, dando motivos específicos e adequados para a utilização de outros métodos;
- A incapacidade de eliminar, de acordo com a secção 120 (2).

6.8.10 – Outras Divulgações

Os seguintes requisitos aplicam-se, correspondentemente, às demonstrações financeiras consolidadas:

- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Divulgações de activos contingentes;
- Divulgações de passivos contingentes;
- Divulgações de distribuição de receitas em actividades e mercados;

- Divulgações de partes relacionadas;
- Divulgações de acções em tesouraria;
- Divulgações de passivos que não sejam provisões;
- Divulgações dos honorários pagos aos auditores.

6.8.11 – Relatório de Gestão

O relatório de gestão do grupo deverá prestar informações sobre o grupo como se as entidades consolidadas fossem uma única entidade. Ao invés de se obter informações sobre os montantes individuais das entidades, os montantes das entidades consolidadas devem ser apresentados no total, consolidados, em conformidade com os mesmos métodos que se aplicam às demonstrações financeiras consolidadas.

6.9 – PUBLICAÇÃO

A ADCE emite automaticamente a recepção dos relatórios anuais, quaisquer declarações de isenção, bem como relatórios intercalares das sociedades de capital aberto. Os documentos estão acessíveis ao público em geral.

Os documentos podem ser emitidos pela ADCE em qualquer cópia impressa ou na forma electrónica. Independentemente da sua forma, esses documentos devem ser igualmente eficazes em termos jurídicos. Os documentos podem ser ou não assinados, poderão ser fornecidos com uma assinatura automaticamente reproduzida, uma assinatura digital ou similar, a critério da ADCE.

Os relatórios anuais e quaisquer outros documentos podem ser recebidos pela ADCE quer em suporte de papel quer na forma electrónica. Independentemente da sua forma, os documentos em questão devem ser igualmente eficazes em termos jurídicos. A ADCE pode determinar que os documentos devam ser fornecidos com uma assinatura pessoal, uma assinatura automaticamente reproduzida, uma assinatura digital ou similar. A ADCE

irá fixar as regras sobre o envio electrónico dos documentos em causa, especificando que a apresentação deve ser feita numa forma estruturada, prescritos pela mesma. A ADCE poderá fazer mais exigências para os sistemas electrónicos utilizados.

A ADCE irá estabelecer regras sobre a apresentação e publicação de relatórios anuais e declarações de isenção, bem como relatórios intercalares de sociedades de capital aberto. Neste contexto, a ADCE poderá estabelecer regras que regem o acesso dos utentes aos documentos publicados pela mesma através de meios electrónicos. A ADCE também irá estabelecer regras sobre a reformulação da publicação de relatórios anuais e suas respectivas consequências.

6.10 - GOODWILL

O goodwill é uma conta especialmente vinculada às concentrações de actividades empresariais e a sua importância deve-se, essencialmente, ao efeito que tem sobre a demonstração dos resultados da entidade adquirente subsequentes à concentração, impacto que será diferente segundo a solução contabilística seguida.

De acordo com a IAS 22, uma concentração de actividades empresariais é um acto de juntar entidades separadas numa entidade económica como resultado da unificação de uma entidade com ou a obtenção de controlo sobre os activos líquidos e as operações de uma outra entidade; uma aquisição é uma concentração de actividades empresariais em que uma das entidades, a adquirente, obtém o controlo sobre os activos líquidos e as operações de uma outra entidade, a adquirida, em troca da transferência de activos, pela incorrência de passivos ou pela emissão de capital próprio.

As concentrações de actividades permitem o reforço da competitividade das entidades, possibilitam a sua actuação num mercado planetário, diminuindo, assim, os riscos, pois passa a haver menor concorrência, têm acesso a novos produtos e mercados, economias de escala, existência de sinergias, controlo de segmentos de mercado, entre outros.

Na Dinamarca, o método mais comum de combinação de negócios é para uma das entidades tornar-se uma filial/subsidiária de outra. Nesta situação, a consolidação é baseada no método de aquisição (compra), e a subsidiária é consolidada no momento da aquisição. Antes da implementação da Sétima Directiva, a maioria dos grupos considerava o goodwill como apenas uma diferença de eliminação técnica entre o custo de aquisição e o total do capital investido na subsidiária, no momento da aquisição. Geralmente, as reavaliações de activos líquidos não eram consideradas. A implementação da Sétima Directiva exige a reavaliação dos activos líquidos para o seu justo valor para o comprador. A diferença (goodwill) pode ser eliminada directamente contra reservas, ou capitalizada e amortizada sistematicamente, durante a sua vida útil (período em que se espera obter benefícios económicos futuros), como um activo intangível. Se a vida útil exceder 5 anos, a razão deve ser explicada nas notas.

A IAS 22 estabelecia que o goodwill tinha de ser amortizado numa base sistemática durante a sua vida útil e incluía uma presunção refutável de que a vida útil não ultrapassava os 20 anos.

A IFRS 3 (que substituiu a IAS 22), aprovada em 31 de Março de 2004, tem suprimido a amortização numa base sistemática, e, no seu lugar, estabeleceu a realização de um teste de imparidade, com periodicidade anual, para quantificar as possíveis perdas por imparidade.

De acordo com a LDF, o goodwill negativo deve ser reconhecido como proveito diferido e imputado a resultados numa base sistemática que não exceda 20 anos.

Segundo a IAS 22, se o goodwill negativo estava relacionado com perdas ou gastos futuros identificados no plano de aquisição da entidade adquirente, diferia-se e reconhecia-se como um ganho no período em que tais perdas ou gastos estavam a ser reconhecidos. Se o goodwill não estava relacionado com perdas ou gastos futuros identificados no plano de aquisição da adquirente, reconhecia-se como um ganho pela quantia do goodwill negativo que não ultrapassasse o justo valor do conjunto dos activos não monetários identificáveis adquiridos, utilizando uma base sistemática ao longo da vida útil média ponderada dos activos identificáveis adquiridos; e pelo resto do goodwill negativo, a sua qualificação como ganho de forma imediata.

Por sua vez, a IFRS 3 reconhece o goodwill negativo como um ganho na demonstração dos resultados do período, pelo excesso da parte da adquirente no justo valor dos activos líquidos da adquirida sobre o custo da concentração, uma vez reconsideradas a identificação e mensuração dos activos, os passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida, e do custo da concentração. A quantia do goodwill nos relatórios financeiros das entidades adquirentes terá uma maior importância porque a IFRS 3 suprimiu o método da unificação de interesses para a contabilização das concentrações de actividades empresariais. Fica assim como único método contabilístico o de aquisição.

6.11 - CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA

No que concerne à conversão (processo de expressar na moeda de relato as operações em moeda estrangeira) dos itens do balanço, a LDF exige o uso da taxa de câmbio à data do balanço para activos e passivos monetários (que correspondem ao dinheiro devido e às dívidas a pagar ou a receber em quantias fixadas ou determináveis de dinheiro). Para outros itens do balanço e para transacções, deve ser usada a taxa de câmbio do dia da transacção.

Para activos e passivos que são reavaliados ou reduzidos, deve ser utilizada a taxa de câmbio da data da reavaliação. Todas as diferenças de conversão devem ser divulgadas nas contas de ganhos ou perdas. A NCD número 9, que é muito idêntica à IAS 21, contém regras semelhantes. A norma trata, também, de transacções cobertas, incluindo, cobertura de transacções futuras.

Quando um grupo contiver entidades individuais com diferentes moedas funcionais, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos numa moeda comum para que seja possível apresentar demonstrações financeiras consolidadas, usando, conforme as circunstâncias, o método do investimento líquido ou o método temporal.

Para subsidiárias que se qualificam como entidades estrangeiras é usado o método do investimento líquido, em que as diferenças de transposição (processo de expressar na moeda de relato as demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressas numa moeda estrangeira), resultantes da aplicação da taxa de câmbio do final do exercício, são reconhecidas no capital próprio, aquando da consolidação de actividades operacionais no estrangeiro. Essas diferenças de transposição tornam-se quantias fixas, que apenas serão reconhecidas na demonstração dos resultados quando se verificar a alienação da respectiva actividade operacional no estrangeiro.

Actividades operacionais no estrangeiro são as que respeitam a filiais/subsidiárias, associadas, empreendimentos conjuntos ou sucursais, cujas actividades se expressam numa moeda diferente da moeda de relato.

Uma associada é definida como uma entidade em que uma investidora tem influência significativa (se juntamente com as subsidiárias detiver 20% ou mais dos direitos de voto) e que não seja nem uma subsidiária nem um empreendimento conjunto da investidora. Empreendimentos conjuntos são acordos contratuais pelos quais dois ou mais parceiros desenvolvem uma actividade económica que está sujeita a um controlo conjunto. Uma sucursal é um estabelecimento de uma entidade desprovido de personalidade jurídica e que efectue directamente, no todo ou em parte, operações inerentes à actividade da entidade.

Para subsidiárias que não se qualificam como entidades estrangeiras é utilizado o método temporal, em que os activos e passivos de uma actividade operacional no estrangeiro são transpostos à taxa de câmbio histórica vigente na data da sua aquisição ou da sua reavaliação mais recente.

6.12 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

De acordo com a LDF, os activos são recursos controlados por uma entidade como resultado de acontecimentos passados, a partir do qual se espera que fluam para a entidade

benefícios económicos futuros. Os activos fixos são definidos como activos que se destinam à propriedade ou uso permanente por parte da entidade.

Propriedades, instalações e equipamentos devem ser registados pelo valor de aquisição ou custo de produção e amortizados durante a sua vida útil. As médias e grandes entidades, as entidades cotadas e as sociedades de capital aberto, no custo de produção de activos fixos, devem reconhecer os custos indirectamente imputáveis ao produto em questão se tais despesas forem do período de produção, sendo considerado opcional para as pequenas entidades. Além disso, os custos de empréstimos obtidos para financiar a produção podem ser capitalizados.

Nem a LDF nem a NCD número 10 regulamenta a escolha do método de depreciação ou a vida útil das diferentes categorias dos activos. A NCD número 10 estabelece, apenas, que o método de cálculo das quotas de amortização deve reflectir o desgaste de propriedades, instalações e equipamentos da entidade com a maior precisão possível. No que diz respeito à estimativa da vida útil, uma variação considerável pode ser observada na prática.

A entidade pode optar por reavaliar propriedades, instalações e equipamentos pelo justo valor. Se um activo depreciable é reavaliado, a depreciação deve ser baseada na reavaliação. Se o valor de um activo reavaliado diminui, a reserva de reavaliação deve ser ajustada em conformidade.

Quando um activo reavaliado é vendido, a reserva de reavaliação deve ser anulada. De acordo com a NCD número 10, os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de propriedades, instalações ou equipamentos devem ser geralmente determinados como a diferença entre as receitas das vendas após a dedução dos custos de desmantelamento, custos da venda e possível restauração e o valor contabilístico no momento da venda. Isto significa que a reavaliação não é mostrada como um ganho realizado na demonstração dos resultados. Nesta situação, a entidade deve transferir a reavaliação directamente da reserva de reavaliação do capital próprio, do balanço, para as reservas livres. Como excepção a esta, o ganho ou a perda podem ser determinados como a diferença entre o preço de aquisição ou custo de produção após a dedução da depreciação acumulada e o preço de

venda. A NCD número 10 especifica que os ganhos ou perdas provenientes da alienação de propriedades, instalações ou equipamentos devem ser incluídas na demonstração dos resultados, como parte de operações normais da entidade.

Na prática, a reavaliação é muitas vezes vista em relação a terrenos e edifícios. Os números absolutos e relativos dos grupos com reavaliações anuais parecem ser quase constantes. O motivo para a reavaliação dos terrenos e edifícios é, provavelmente, a existência de um sistema de avaliação público para fins fiscais. As reavaliações são levadas a cabo em todos os terrenos e edifícios, em cada ano, para fins fiscais, quer numa base estatística ou pelos inspectores oficiais.

Propriedades, instalações e equipamentos estão sujeitos a testes de imparidade e devem ser reduzidos para um menor valor recuperável, constitutivo do preço de venda líquido (quantia a obter da venda de um activo menos os custos com a alienação) ou do valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado de um activo), dos dois o mais alto.

Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo individual, todos os activos devem em conjunto ser mensurados no mais pequeno grupo de activos para os quais a fiabilidade da quantia recuperável pode ser estimada numa avaliação global.

De acordo com a IAS 36, uma perda por imparidade é o excedente da quantia escriturada (quantia pela qual o activo é reconhecido no balanço após a dedução de qualquer amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes) de um activo em relação à sua quantia recuperável.

6.13 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Segundo a LDF, um activo deve ser reconhecido no balanço quando for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o valor do mesmo possa ser mensurado com fiabilidade.

De acordo com a IAS 38, um activo intangível é um activo não monetário identificável, sem substância física, detido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para finalidades administrativas.

A LDF exige a capitalização de todos os activos intangíveis adquiridos, incluindo o goodwill. Além disso, as médias e grandes entidades (classe de relato C), as entidades cotadas e as sociedades de capital aberto (classe de relato D) são obrigadas a capitalizar os projectos de desenvolvimento que são destinados a um determinado produto ou a um certo processo que a entidade pretende fabricar ou utilizar no processo de produção, incluindo concessões, patentes, marcas e direitos similares. A mensuração dos projectos de desenvolvimento é, de acordo com a LDF, a preço de custo, incluindo os custos indirectos. Nas pequenas entidades (classe de relato B), é-lhes permitido, mas não exigido, que capitalizem projectos de desenvolvimento e direitos de propriedade intelectual gerados internamente tais como patentes, licenças, marcas e direitos similares. Também, não há qualquer exigência, nas pequenas entidades, de que os custos indirectos sejam reconhecidos no custo dos projectos de desenvolvimento.

A NCD número 7 refere que um activo intangível proveniente de desenvolvimento deve ser capitalizado desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- ✓ O activo intangível é claramente definido;
- ✓ O activo intangível e os serviços técnicos podem ser detectados;
- ✓ A entidade manifesta a intenção de concluir o activo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- ✓ Existe um claro indício da existência de um mercado para o activo intangível; e
- ✓ A entidade dispõe de recursos técnicos, financeiros e outros suficientes para concluir, produzir e vender o activo intangível.

A IAS 38 também exige o reconhecimento no balanço de todos os projectos de desenvolvimento que respeitem os critérios de reconhecimento.

Segundo a LDF, os activos intangíveis capitalizados devem ser amortizados durante a sua vida útil, não excedendo vinte anos. Se o período de amortização dos activos intangíveis exceder 5 anos, a razão deve ser adequadamente explicada nas notas.

Os activos intangíveis com imparidade devem ser reduzidos para um valor inferior recuperável, constitutivo do preço de venda líquido ou do valor de uso, dos dois o mais alto.

De acordo com a IAS 38, a pesquisa é a investigação original e planeada levada a cabo com a finalidade de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos. Esta norma não permite o reconhecimento de nenhum activo intangível proveniente de pesquisa porque na fase de pesquisa de um projecto uma entidade não pode demonstrar que um activo intangível existe e que gerará prováveis benefícios económicos futuros. Por isso, estes dispêndios são sempre reconhecidos como gastos quando forem incorridos.

Segundo a LDF, os custos de pesquisa não têm que ser reconhecidos como activos, mas devem ser reconhecidos, quando incorridos, na demonstração dos resultados.

O relatório de gestão das entidades das classes de relato C e D deve descrever as investigações e/ou actividades de desenvolvimento na ou para a entidade.

De acordo com a LDF, os activos intangíveis não podem ser reavaliados, contrariando a IAS 38.

6.14 - ACTIVOS FINANCEIROS

Segundo a LDF, um activo financeiro é qualquer activo que seja:

- Dinheiro ou equivalente a dinheiro;
- Um direito contratual de receber de outra entidade dinheiro ou outro activo financeiro;
- Um direito contratual de trocar instrumentos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis; ou

- Um instrumento de capital de outra entidade.

Com a finalidade de mensurar um activo financeiro, após o reconhecimento inicial, esta lei classifica os activos financeiros em quatro categorias:

- ***Empréstimos concedidos e contas a receber originados pela entidade*** – são activos financeiros que sejam criados pela entidade ao fornecer dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor;
- ***Investimentos detidos até à maturidade*** – são activos financeiros com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade;
- ***Activos financeiros detidos para venda*** – é um activo que tenha sido adquirido ou incorrido com a pretensão de gerar um lucro a partir de flutuações de curto prazo no preço ou na margem do negociador; e
- ***Derivados financeiros*** – em que o valor se altera em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço do título, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, uma notação de crédito ou índice de crédito, ou variável similar; que não exige ou exige pouco investimento líquido inicial relativamente a outros tipos de contratos que tenham uma resposta similar a alterações nas condições de mercado e que seja liquidado numa data futura.

Com algumas excepções, as regras relativamente ao reconhecimento e mensuração de activos financeiros seguem as regras gerais da IAS 39:

- Quando um activo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo custo, que é o valor da retribuição dada para adquirir esse activo se o mesmo for adquirido a partir de uma parte externa ou gerados internamente.
- Posteriormente:

- Os empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade devem ser mensurados ao custo amortizado, que é a quantia pela qual o activo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade;
 - Os activos financeiros detidos para venda e os derivados financeiros devem ser mensurados pelo justo valor.
- As alterações nas quantias escrituradas devem ser reconhecidas no resultado do período.

Contrariamente à IAS 39, a LDF não opera com a categoria de "activos financeiros disponíveis para venda".

As regras contabilísticas de reconhecimento e mensuração aplicáveis aos investimentos em subsidiárias/filiais e associadas são as seguintes:

- No reconhecimento inicial, as pequenas, médias e grandes entidades, as entidades cotadas e as sociedades de capital aberto devem mensurar os investimentos financeiros pelo custo.
- Na mensuração subsequente:
 - As pequenas entidades devem usar o método do custo, mas estão, também, autorizadas a usar o método de equivalência patrimonial, que é, de acordo com a IAS 28, o método pelo qual o investimento é inicialmente registado pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da aquisição;
 - As médias e grandes entidades, as entidades cotadas e as sociedades de capital aberto devem usar o método de equivalência patrimonial.

Relativamente aos empreendimentos conjuntos, a LDF permite a utilização da consolidação proporcional quando a entidade não é uma sociedade limitada. Caso contrário, deve ser usado o método do custo.

A regra geral da lei é a de que instrumentos de capital próprio (acções em tesouraria) não devem ser tratados como um activo, mas como recompra de acções e as suas posteriores reemissão ou transferência para outras partes são transacções que devem ser reconhecidas como movimentos no capital próprio. Se a entidade tem a intenção de vender as suas acções próprias, a fim de obter lucro, as mesmas podem ser tratadas como um activo. Nesse caso, devem ser valorizadas pelo custo e ser reduzidas se o valor contabilístico exceder o valor realizável líquido (soma dos fluxos de caixa futuros que se prevê que um activo venha a gerar à data do balanço, no decurso ordinário da actividade empresarial). A reavaliação não é permitida.

A regulação contabilística dinamarquesa é omissa em relação ao desreconhecimento de um activo financeiro. Segundo a IAS 39, uma entidade deve desreconhecer um activo financeiro ou uma parte de um activo financeiro quando, e só quando, a entidade perder o controlo dos direitos contratuais que compreendem o activo financeiro, ou uma parte do activo financeiro.

6.15 - INVENTÁRIOS (EXISTÊNCIAS)

Segundo a IAS 2, os inventários são activos:

- Detidos para venda no decurso ordinário da actividade empresarial;
- No processo de produção para tal venda; ou
- Na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços.

A IAS 2 refere, ainda, que os inventários englobam bens comprados ou detidos para revenda, tais como mercadorias compradas por um retalhista e detidas para revenda ou

terrenos e outras propriedades detidas para revenda. Os inventários também englobam bens acabados produzidos, ou obras em curso que estejam a ser produzidas pela entidade e incluem materiais e fornecimentos aguardando o seu uso no processo de produção. No caso de um prestador de serviços, os inventários incluem os custos do serviço.

De acordo com a LDF, o activo corrente deve conter os gastos incorridos com a aquisição ou directamente atribuíveis ao activo produzido. Os custos de distribuição não devem ser incluídos no custo do activo. Além disso, os juros de empréstimos obtidos para financiar a produção de bens e relativos ao período de produção podem ser incluídos no custo do activo.

A IAS 23 refere que os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos) que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível (activo que leva necessariamente um período de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) devem ser capitalizados como parte do custo desse activo.

No que concerne à mensuração de inventários, a IAS 2 exige que os inventários sejam mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão (custos directamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra directa) e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actuais. A prática de reduzir o custo dos inventários para o valor realizável líquido é consistente, na medida em que os activos não devem ser escriturados por quantias em excesso das que são esperadas realizar pela sua venda ou uso.

A LDF exige o uso do custo de absorção (custos de produção, incluindo os custos directos, indirectos, fixos e variáveis) para as grandes entidades, entidades cotadas e para sociedades de capital aberto. As pequenas entidades estão autorizadas a escolher entre o custo marginal (custo adicional, ou suplementar, que deriva da produção de uma unidade adicional do produto) e o custo de absorção.

Como critério de valorimetria das saídas de existências, a LDF permite o uso da Média Ponderada e do FIFO (First In First Out). O método LIFO (Last In First Out) não é permitido.

A lei exige que as existências sejam apresentadas no balanço pelo menor entre o custo de aquisição e o de mercado, onde o valor realizável líquido constitui o limite superior.

As existências podem ser reavaliadas ao custo de substituição (custo de aquisição actual a pagar por um activo semelhante, à data do balanço). Mas esta reavaliação raramente é vista na prática.

6.16 - LOCAÇÕES

A IAS 17 original definia uma locação como um acordo pelo qual o locador transmite o direito de usar um activo em troca de uma renda pagável por um locatário. A IAS 17 revista modifica a definição substituindo o termo “renda” por “um pagamento ou séries de pagamentos”.

A locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse de um activo deve ser classificada e contabilizada como uma locação financeira. Caso contrário, a locação é classificada e contabilizada como uma locação operacional. Em resumo, a classificação como uma locação financeira obriga o locatário a registar um activo e um passivo associado após o início da locação. Posteriormente, os custos da locação são compostos pelos juros sobre o passivo de locação e pela amortização do activo locado. A classificação da locação operacional não pede um registo de um activo nem de um passivo; o custo da renda é simplesmente registado como incorrido.

Apesar de o FSR recomendar a capitalização da locação financeira, em conformidade com a IAS 17, na prática, quase todas as entidades tratam a locação financeira como um gasto, ou seja, como se tratasse de uma locação operacional.

6.17 - IMPOSTOS DIFERIDOS

O resultado contabilístico e o resultado fiscal são duas grandezas distintas. O resultado contabilístico, para efeitos de impostos diferidos, corresponde ao resultado do exercício antes da dedução do gasto de imposto, enquanto o resultado fiscal é obtido a partir do resultado contabilístico, efectuando-se correcções, acréscimos e deduções, de acordo com a legislação fiscal.

A diferença entre estes dois resultados deve-se à existência de diferenças tempestivas (temporais) que correspondem às diferenças entre lucros tributáveis e lucros contabilísticos que se originam num período e revertem num ou mais períodos subsequentes, e diferenças permanentes que correspondem a custos e proveitos contabilísticos que não são considerados para efeitos fiscais.

Os conceitos de diferenças tempestivas (temporais) e permanentes não constam da actual IAS 12 (revista), mas estavam contemplados na versão anterior daquela norma. Actualmente, a IAS 12 coloca o enfoque no conceito de “diferenças temporárias”.

De acordo com a IAS 12, as diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base tributável. As diferenças temporárias podem ser:

1. *Diferenças temporárias tributáveis*, que são diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou

2. *Diferenças temporárias dedutíveis*, que são diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Sinteticamente, poderemos dizer que os impostos diferidos têm subjacente uma técnica contabilística que pretende atenuar a diferença entre resultados contabilísticos e fiscais. Para este efeito, ao nível da demonstração dos resultados, a conta de imposto sobre o rendimento é desdobrada em duas sub-contas: imposto corrente – quantia a pagar (recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro (perda) tributável de um período – e imposto diferido.

Ao nível do balanço, é também criada uma conta de impostos diferidos, que se desdobra em duas sub-contas:

1. Activos por impostos diferidos – são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros, respeitantes a:

- Diferenças temporárias dedutíveis;
- Reporte de perdas fiscais não utilizados;
- Reporte de créditos tributáveis não utilizados.

2. Passivos por impostos diferidos – são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

A original IAS 12 exigia que uma entidade contabilizasse os impostos diferidos usando quer o método de diferimento quer um método de passivo que é, algumas vezes, conhecido como o método de passivo, com base na demonstração dos resultados. A IAS 12 (revista) proíbe o método do diferimento e exige um outro método de passivo que é, algumas vezes, conhecido como o método de passivo, com base no balanço.

O método de passivo, com base na demonstração dos resultados, foca nas diferenças tempestivas, enquanto o método de passivo, com base no balanço, foca diferenças temporárias.

Na Dinamarca, a LDF exige o reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos, mas não inclui quaisquer regras de mensuração detalhadas. Contudo, a NCD número 14 exige a utilização do método de passivo. A norma exige o reconhecimento de

activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis esperadas, susceptíveis de gerar quantias líquidas tributáveis, em exercícios futuros.

As informações de impostos relacionadas com itens extraordinários são de especial interesse quando o analista financeiro está a analisar as fontes de rendimento. De acordo com a LDF, o imposto relacionado com itens extraordinários deve ser indicado separadamente na demonstração dos resultados.

6.18 – CAPITAL E RESERVAS

A conta de capital próprio é constituída pelas seguintes rubricas:

- Capital subscrito: o valor nominal do capital social. O relatório deve incluir uma lista de todos os investidores de capital na posse de mais de 5% do capital social ou dos direitos de voto. A empresa-mãe e as suas subsidiárias poderão deter acções próprias, até ao limite total de 10% do capital social ou dos direitos de voto.
- Prémios de emissão
- Reservas de reavaliação
- Reservas:
 - Reservas de reavaliação líquidas decorrentes da utilização do método de equivalência patrimonial: reavaliações líquidas relativas a subsidiárias não consolidadas e a entidades associadas.
 - Reserva para acções próprias: a lei dinamarquesa permite que as acções próprias sejam valorizadas, quer a zero, quer ao preço de custo. A valorização pelo custo exige a criação de uma reserva paralela do mesmo valor. No entanto, a prática mais comum é valorizar as acções próprias a zero.
 - Reservas legais: a Lei das Entidades exige às entidades que mantenham reservas suficientes de acordo com sua posição financeira.
 - Reservas previstas pelos estatutos da entidade.
 - Outros fundos de reserva:
 - ✓ Fundo de reserva disponível

- ✓ Fundo de reserva comum
 - ✓ Fundo de reserva extraordinário
 - ✓ Fundo de reserva especial
 - ✓ Fundo de reserva de investimento
- Resultados Transitados
 - Resultado Líquido do Exercício

6.19 - PENSÕES

Na Dinamarca, as obrigações de pensões raramente são abordadas na LDF. Isto porque a Lei de Pensões exige que estas sejam feitas através de companhias de seguros, e a maioria dos sistemas de pensões são, portanto, classificados como “planos de contribuição definida”. Somente os administradores podem ter acordos de pensões directamente com as suas entidades.

As obrigações de pensões podem existir devido a obrigações de pensões em filiais estrangeiras. Poucas entidades têm criado fundos de pensões. Estas obrigações de pensões ou são capitalizadas no balanço ou mencionadas nas notas. O método de capitalização muito raramente é explicado.

6.20 - ACONTECIMENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS

De acordo com a IAS 10, os factos ocorridos após o balanço são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem divulgadas. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e

- Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

A legislação contabilística dinamarquesa distingue os factos após a data do balanço, que poderão afectar o balanço nessa data, os quais devem ser reflectidos nas contas, e outros factos importantes que poderão exigir a sua divulgação no relatório de gestão.

6.21 – REVISÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Todas as entidades públicas e privadas limitadas devem ser auditadas por, pelo menos, um auditor afiliado do FSR ou por um auditor afiliado do FRR. As entidades cotadas devem ser sempre auditadas por um auditor afiliado do FSR.

O relatório de auditoria deve confirmar que as demonstrações financeiras têm sido auditadas e indicar se estão em conformidade com as exigências legais e os estatutos da entidade. Neste contexto, convém referir, em primeiro lugar, que o relatório de gestão deve ser auditado e, em segundo lugar, que qualquer relatório adicional, voluntário, incluído no relatório anual não tem que ser auditado.

Um relatório de auditoria sem reservas significa que:

- As demonstrações financeiras têm sido correctamente preparadas, em concordância com os livros da entidade e em concordância com valores existentes, direitos e responsabilidades;
- O relatório de gestão inclui a informação exigida por lei e obedece a qualquer outra exigência colocada noutras disposições, incluindo a exigência de informação detalhada sobre:
 - ✓ A evolução financeira da entidade;
 - ✓ Elementos extraordinários que tiveram um impacto sobre as contas;
 - ✓ Incerteza material no âmbito da preparação das contas;

- A demonstração dos resultados, o balanço e as notas satisfazem as exigências que interessam ao relatório financeiro estabelecidas na legislação e demais normas e regulamentos;
- As demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada dos activos e passivos da entidade, da posição financeira e do resultado.

Um relatório de auditoria deve obedecer a um formato específico, e um número de títulos obrigatórios devem ser utilizados no mesmo. Os seguintes elementos devem ser incluídos numa ordem pré-determinada:

- Identificação das contas auditadas;
- Declaração, afirmando que as contas auditadas são, de facto, as contas elaboradas pelo conselho executivo ou pelo conselho de administração;
- Declaração sobre a auditoria feita, incluindo a organização da auditoria;
- Reservas ou uma declaração que ateste que o relatório não contém quaisquer reservas;
- Informações suplementares;
- Conclusão sobre a auditoria realizada.

O item “informações suplementares” é relativamente novo na legislação dinamarquesa, embora o mesmo fosse, na prática, incluído, com frequência, nos relatórios de auditoria. A razão para a introdução deste novo item no relatório de auditoria foi a de criar uma ferramenta para usar em situações em que mais formulações matizadas são desejáveis. Sob uma posição específica no relatório, o auditor deve chamar a atenção dos utentes da informação financeira de matérias que são importantes em relação à avaliação do resultado do exercício, à posição financeira, ou de expectativas quanto ao futuro. Um exemplo disto seria o caso em que haja incerteza quanto à continuidade do funcionamento da entidade. Numa tal situação, o auditor deve fornecer informações suplementares, embora a administração possa mencionar essas incertezas no relatório anual. No entanto, é importante sublinhar que a informação suplementar não pode substituir uma reserva.

Se o auditor faz uma reserva no relatório de auditoria, a questão subjacente deve ser indicada e explicada na secção especial intitulada "Reservas". Caso não sejam feitas

reservas, a ordem vai um pouco mais longe do que a prática internacional, na medida em que exige explicitamente que a seguir apareça de forma clara e com letras a negrito (por exemplo, numa linha separada): "A auditoria não deu lugar a quaisquer reservas ".

7 – CONCLUSÕES

A Dinamarca caracteriza-se por ser uma Monarquia Constitucional, em que o Parlamento é a Sede do Poder do Estado e a Coroa, isto é, o Monarca, é o principal símbolo político e histórico da Nação Dinamarquesa.

De acordo com algumas perspectivas, a Dinamarca possui uma forte cultura e tradição insular, piscatória e diversas influências históricas do período mítico dos Vikings. Contudo, existem, ainda, outras perspectivas que demonstram que a Dinamarca é um Estado mais próximo da cultura Prussiana, Germânica, com uma tradição agrícola e uma Sociedade Civil conservadora, feudalizada, mas, ao mesmo tempo, dinâmica.

Na última década, a Dinamarca tem tido uma atitude de reserva a certos avanços da UE, nomeadamente, aos avanços de ordem económica (Moeda única) e relacionados com a Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Apesar de os cepticismos em relação à UE serem relevantes e considerados como um forte grupo de pressão junto do Governo e do Parlamento dinamarquês, a Dinamarca é hoje um Estado que tem de se cingir pelas regras comunitárias: desde as orientações do Conselho Europeu, aos regulamentos, directivas e decisões de âmbito mais diverso.

O sistema legal, os vínculos políticos e económicos, o sistema de financiamento das entidades e as relações entre a contabilidade e a fiscalidade são os factores que influenciam o processo de elaboração e apresentação da informação contabilística. A Dinamarca, influenciada pela tradição anglo-saxónica, apresenta uma escassa relação entre a contabilidade e a fiscalidade, existe uma forte influência da profissão contabilística no processo regulador, os principais financiadores são os investidores privados e os accionistas e a regulação contabilística é dirigida à protecção de investidores. O principal objectivo da informação contabilística é a prossecução da imagem verdadeira e apropriada da situação da entidade.

As NCD, que se aplicam às entidades cotadas, são emitidas pelo FSR e são baseadas nas IFRS equivalentes, com algumas diferenças. Estas normas não substituem a LDF. No entanto, em linha com o Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as entidades cotadas, na Dinamarca, são obrigadas a utilizar as IFRS, tal como aprovado pela UE para elaboração das contas consolidadas.

O mercado de valores mobiliários é regulamentado pela Autoridade de Supervisão Financeira Dinamarquesa (*Finanstilsynet*), Conselho de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores de Copenhaga. Embora estas autoridades não estabeleçam normas contabilísticas para os membros do mercado de valores mobiliários, as entidades cotadas têm de cumprir com os requisitos de relato adicionais estabelecidos pela Bolsa de Valores de Copenhaga.

O número de entidades que, em 2005, adoptou as IFRS e cujos valores mobiliários foram admitidos à negociação num mercado regulamentado na EU ascendia a 7365, dos quais 5534 eram entidades emittentes de acções, destas 140 eram dinamarquesas.

Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites Dinamarqueses são compostos primordialmente por: Lei das Demonstrações Financeiras, Normas Contabilísticas Dinamarquesas, Normas Internacionais de Relato Financeiro, Ordens Ministeriais emanadas pelo Ministério do Comércio e da Indústria e pareceres emitidos pelos profissionais de contabilidade.

A LDF foi originalmente adoptada em 1981. Em 2001, foi proposta uma nova LDF, que entrou em vigor em 2002, a fim de trazer uma legislação dinamarquesa em consonância com as normas internacionais de contabilidade. No entanto, apesar dos esforços, as diferenças entre o quadro normativo dinamarquês e o internacional persistem.

8 – BIBLIOGRAFIA

Accounting Regulatory Committee. [Acedido a 4 de Julho de 2008]. Available at: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/committees_en.htm.

Adaption to IFRS regulations in Denmark. [Acedido a 2 de Julho de 2008]. Available at: <http://www.iei.liu.se/content/1/c6/06/53/40/Frank%20Thinggaard.ppt>.

Alexander, D., e S. Archer, 2003, *European Accounting Guide*, Fifth Edition, New York: Aspen Publishers.

Amat, O., e J. Blake, 1996, *Contabilidad Europea*, Madrid: Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas.

Aprender a Europa, Centro de Informação Europeia Jacques Delors. [Acedido a 27 de Novembro de 2008]. Disponível em: <http://www.aprendereuropa.pt/>.

Costa, C.B., e G.C. Alves, 2001, *Contabilidade Financeira*, 4ª Edição, Lisboa: Rei dos Livros.

Danish Commerce and Companies Agency (DCCA). [Acedido a 7 de Setembro de 2008]. Available at: <http://www.eogs.dk/sw21252.asp>.

Danish Financial Statements Act, **DFSA**, 2001, Danish Act no. 448, June. [Acedido a 2 de

Novembro de 2008]. Available at:
http://www.eogs.dk/graphics/Regnskab/Regnskabslov_en.html.

Danish Private Companies Act, **DPCA**, 2000, Consolidation Act no. 325, May. [Acedido a 2 de Novembro de 2008]. Available at:
http://www.eogs.dk/graphics/selskaber/APS_en.html.

Danish Public Companies Act, **DPCA**, 2000, Consolidation Act no. 324, May. [Acedido a 2 de Novembro de 2008]. Available at:
http://www.eogs.dk/graphics/selskaber/AS_en.html.

Denmark, Wikipedia, The Free Encyclopedia. [Acedido a 27 de Setembro de 2008]. Available at: <http://en.wikipedia.org/wiki/Denmark>.

Denmark, The Official Website of Denmark. [Acedido a 29 de Setembro de 2008]. Available at: www.denmark.dk.

Dinamarca. [Acedido a 6 de Outubro de 2008]. Disponível em:
<http://www.suapesquisa.com/paises/dinamarca>.

Eurofinanza Investments LLC. [Acedido a 9 de Novembro de 2008]. Available at:
<http://www.eurofinanza.com/>.

Fédération des Experts Comptables Européens (FEE). [Acedido a 5 de Novembro de 2008]. Disponible sur: <http://www.fee.be/>.

Financial Standards Foundation, Country Profiles, Denmark. [Acedido a 16 de Dezembro de 2008]. Available at: <http://www.estandardsforum.com/jhtml/country/Denmark/gc/61/>.

Foreningen af Registrerede Revisorer, FRR. [Acedido a 3 de Novembro de 2008]. Available at: <http://www.frr.dk/>.

Foreningen af Statsautoriserede Revisorer, FSR. [Acedido a 3 de Novembro de 2008]. Available at: <http://www.fsr.dk/site/fsrstart.nsf/web/fsrframesetnonmember>.

IAS Plus, Summaries of IFRSs and IASs. [Acedido a 29 de Novembro de 2008]. Available at: <http://www.iasplus.com/standard/standard.htm>.

Implementation of the IAS (1606/2002) in the European Union (EU) and European Economic Area (EEA). [Acedido a 26 de Novembro de 2008]. Available at: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ias/ias-use-of-options_en.pdf.

International Accounting Standards Board (IASB). [Acedido a 27 de Outubro de 2008]. Available at: www.iasb.org/Home.htm.

Introduktion til de Internationale Regnskabsstandarder. [Acedido a 26 de Fevereiro de 2008]. Available at: <http://www.iasplus.com/dttdpubs/0505ifrsintrodanish.pdf>.

Organisation Européenne de Coopération Économique – *Études sur la Comptabilité National : Danemark*. OECE, 1951.

Países Europeus, Dinamarca. [Acedido a 3 de Setembro de 2008]. Disponível em : http://europa.eu/abc/european_countries/eu_members/denmark/index_pt.htm.

Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, 2002, Julho. [Acedido a 25 de Janeiro de 2008]. Disponível em: http://www.cnc.min-financas.pt/Documentos/Reg_1606_02_IAS_pt.pdf.